

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

VITÓRIA PEREIRA ROSA

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA: UMA
ANÁLISE SOBRE O EMPODERAMENTO DE MULHERES E MENINAS
ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

CURITIBA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

VITÓRIA PEREIRA ROSA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA:
UMA ANÁLISE SOBRE O EMPODERAMENTO DE MULHERES E
MENINAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para a obtenção de bacharel no Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Melina Girardi Fachin.

CURITIBA

2019



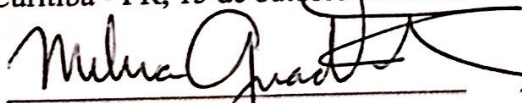
Ata da reunião da Comissão Julgadora da
Monografia (Trabalho Final de Curso) do
Acadêmico(a) **VITORIA PEREIRA
ROSA**

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de 2019, às 09:00 horas, nas dependências do Setor de Ciências Jurídicas, reuniu-se a Comissão Julgadora da Monografia apresentada pelo(a) Acadêmico(a) VITORIA PEREIRA ROSA, sobre o tema, "VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA: UMA ANÁLISE SOBRE O EMPODERAMENTO DE MULHERES E MENINAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO". A Comissão constituída pelos Senhores Professores, MELINA GIRARDI FACHIN (Orientador), (Coorientador), ESTEFANIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA e VERA KARAM DE CHUEIRI - Direito Público, atribuiu as seguintes notas respectivamente:

10,0, 10,0, _____ e 10,0; perfazendo a média igual a 10,0. (dez)

Obs.

Curitiba - PR, 15 de outubro de 2019.



MELINA GIRARDI FACHIN

Orientador


ESTEFANIA MARIA DE QUEIROZ
BARBOZA

1º Membro

Coorientador



VERA KARAM DE CHUEIRI - Direito
Público

2º Membro

AGRADECIMENTOS

Tanto os nossos infortúnios quanto as nossas alegrias são parte de um processo coletivo. Para a minha sorte, sempre estive cercada de pessoas incríveis. Por isso, tenho muito a agradecer pela participação dessas pessoas na trajetória dessa graduação em direito e na construção desse trabalho.

Sempre gostei muito de estudar. O acesso à educação formal e meu apreço pelos estudos fez parte da construção da minha personalidade e dos meus objetivos, por isso tentei demonstrar neste trabalho a educação como um instrumento de transformação social. Então, primeiramente, gostaria de expressar minha admiração àqueles que se dedicaram a implementar e executar as políticas públicas de ampliação do ensino federal que me proporcionaram uma educação gratuita, pública e de qualidade desde o ensino médio técnico no Instituto Federal Catarinense e que resultaram, em conjunto com as ações afirmativas para alunos oriundos de escolas públicas, no meu acesso ao tão sonhado ensino superior da Universidade Federal do Paraná.

Da mesma forma, não poderia deixar de agradecer à minha orientadora Melina Girardi Fachin, pelas aulas mais interessantes que assisti na universidade, por me apresentar a importância do direito constitucional com a sua paixão por ensinar e por ter sido tão solícita, paciente, compreensiva e generosa na construção deste artigo.

À todas as professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, pela coragem de ocupar um espaço majoritariamente masculino e pelo esforço de tornar a instituição de ensino mais plural. O futuro é feminino.

Aos meus pais, Terezinha e Amarildo, a minha profunda gratidão por tudo o que recebi durante esses cinco anos. Sou grata pela confiança suficiente para me deixar mudar de estado sozinha, pelas conversas frequentes, pelo apoio constante às minhas escolhas, por me incentivar a ter grandes sonhos e por me acolher e me impulsionar para a frente nos momentos mais sombrios.

À minha irmã Vanessa, por sempre me dar orientação em momentos de dúvida e tristeza e por todo o humor e companheirismo. Você é minha inspiração desde que me entendo por gente e tenho motivos infinitos para isso.

Ao meu irmãozinho, Arthur, por ter sido o meu grande amigo desde quando pequenos e por manter essa amizade até hoje mesmo com a distância, com tanto carinho e risadas. Ter sido sua irmã mais velha me fez ser quem eu sou e acho que também fez você ser quem você é. Eu sou grata por isso.

Aos meus avós, Tereza e Manoel, pela torcida e pelos cafés da tarde nos fins de semana.

Ao meu melhor amigo e pessoa mais querida do Prédio Histórico da UFPR, Erick Nakamura, pela companhia, pelo apoio constante, pela parceria nos estudos, nas receitas e nas maratonas de séries, por compartilhar do mesmo entusiasmo por direito constitucional e o esforço em deixar a vida mais leve.

À minha amiga mais antiga, Larissa Helena, o meu profundo agradecimento por tudo o que fez por mim neste ano, por simplificar questões impossíveis e pelas sessões de skin care com reality shows.

À minha amiga Paula Kampa, pela ajuda nas milhares de pesquisas, por ser tão generosa, honesta, sensata e por se importar de verdade. Eu sei que você vai longe.

Ao meu amigo Gabriel Curi, por me chamar para assistir filmes engraçados em momentos ruins, pela sinceridade incomparável e por ser uma das pessoas mais divertidas que eu já conheci.

À minha amiga Larissa Rahmeier, pela paciência e o carinho.

Aos meus queridos amigos Alberto Bastos, Bruna Stephano e Ionny Muniz, pelas risadas, conselhos, inúmeras conversas e momentos de desespero acadêmico compartilhado.

Aos meus amigos de momentos anteriores à realidade universitária, Grenda Menezes, Lucas Alberton, Lucas Cordeiro, Layla Souza, Michele Camargo e Natalia Prants, porque parte da confiança que me fez estar aqui não existiria sem os seus incentivos e empurrõezinhos constantes durante a minha adolescência.

Às minhas colegas de estágio, Fernanda Izídio, Jéssica Heinzein, Suelen da Silva e Juliane Tidre, pela companhia, pela amizade e pelas conversas nas tardes deste ano. Vocês estão no meu coração.

À Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, por mais de 70 anos de luta pela permanência estudantil, por me acolher quando cheguei à Curitiba e ser meu lar por grande parte da graduação.

Ao Partido Acadêmico Renovador, por germinar discussões tão relevantes na nossa universidade e por continuar conquistando mentes e corações para lutar por justiça social. Por onde for, levarei isso comigo.

*“quero pedir desculpa a todas as mulheres
que descrevi como bonitas
antes de dizer inteligentes ou corajosas
fico triste por ter falado como se
algo tão simples como aquilo que nasceu com você
fosse seu maior orgulho quando seu
espírito já despedaçou montanhas
de agora em diante vou dizer coisas como
‘você é forte’ ou ‘você é incrível’
não porque eu não te ache bonita
mas porque você é muito mais do que isso”*

Rupi Kaur

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a emancipação feminina e a educação de mulheres e meninas. A educação foi analisada em duas dimensões: no seu acesso e na sua qualidade. O acesso à educação de mulheres aumentou nas últimas décadas, em que cada vez mais mulheres são alfabetizadas e ultrapassam os homens como estudantes de ensino superior. No entanto, a mudança é mais rápida para quem tem acesso a recursos. Assim, pela perspectiva interseccional, verificou-se que a realidade é diferente para mulheres periféricas e o acesso ao ensino ainda não é universal no Brasil. A qualidade da educação é outra questão relevante, visto que nem toda educação promove a libertação da mulher. Assim, demonstrou-se que a discussão de questões como papéis atribuídos socialmente aos gêneros e machismo no contexto escolar pode ser benéfica. Dessa forma, a aproximação da mulher com a escola pode ser positiva para seu crescimento, não só pelo aumento de suas capacidades e oportunidades, mas também porque poderá tomar decisões lúcidas e depois porque situações de violência podem ser evitadas ou mais facilmente denunciadas com o acesso à informação, maximizando as suas escolhas. Para tanto, demonstrou-se a possibilidade de criação de políticas públicas focadas em diminuição da evasão escolar feminina e na promoção de valores anti machistas nas escolas, visto que diante da constitucionalização dos direitos das mulheres, esse seria o primeiro passo para realizá-los concretamente em toda a sua extensão a partir do constitucionalismo feminista.

Palavras-chave: Educação, Direito das Mulheres, Igualdade de gênero, Violência contra a Mulher.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the relationship between female emancipation and the education of women and girls. Education was analyzed in two dimensions: its access and its quality. Access to women's education has increased in recent decades, as more and more women are literate and outnumber men as higher education students. However, change is faster for those with access to resources. Thus, from the intersectional perspective of feminism, it was found that the reality is different for peripheral women and access to education is not yet universal in Brazil. The quality of education is another relevant issue, since not all education promotes female liberation. Thus, it has been shown that the discussion of issues such as gender roles and sexism in the school context can be beneficial. Thus, the approach of women to school can be positive for their growth, not only by increasing their capacities and opportunities, but also because they can make lucid decisions and then because situations of violence can be avoided or more easily reported with access to information, maximizing your choices. Therefore, it was demonstrated the possibility of creating public policies focused on reducing female dropout and promoting anti-sexism values in schools, given that the constitutionalization of women's rights, this would be the first step to realize them concretely to its full extent from feminist constitutionalism.

Keywords: Education, Women's Rights, Gender Equality, Violence against Women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
I. Direito à educação e recorte de gênero.....	14
1.1 Constituição para valer tem que ter palavra de mulher: constitucionalismo feminista e a construção histórica dos direitos das mulheres na Constituição de 1988.....	14
1.2 Educação como direito humano e movimentos pela escolaridade feminina.....	18
II. Violência(s) de gênero resultantes da ausência de políticas públicas voltadas a educação feminina.....	26
2.1 A violência física e sexual e os mecanismos estatais de defesa: serão suficientes?.....	26
2.2 Violências morais, patrimoniais e psicológicas e espaços de machismo institucional.....	30
III. Iniciativas institucionais.....	35
3.1 Propostas Legislativas e Políticas Públicas.....	35
3.2 Atuação do Poder Judiciário e Ministério Público.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>Printscreen</i> do site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.....	39
---	-----------

INTRODUÇÃO

Os direitos humanos não têm uma história linear e evolutiva¹. Assim, não é possível afirmar que só de vitórias se constroem os espaços de luta por dignidade feminina. Da mesma forma, a efetivação do direito à educação de qualidade e o acesso universal ao ensino apresentam avanços e retrocessos. É a discussão destes pontos em comum que dá início a este trabalho. De acordo com Andreas Krell², embora todos os direitos fundamentais tenham eficácia imediata, os direitos sociais, vistos como normas programáticas, enfrentam maiores barreiras para concretizarem-se, pela ideia equivocada de que são os que custam mais para os cofres públicos. Na atualidade, um dos principais alvos dessas compreensões equivocadas é a educação pública, gratuita e de qualidade³.

Assim, o acesso ao ensino para todos é um direito com grandes obstáculos em sua realização. Com efeito, um dos primeiros registros da defesa da educação para mulheres se deu em 1788 pela inglesa Mary Wollstonecraft⁴, uma das pioneiras do pensamento sufragista, em sua obra intitulada “Thoughts on the education of daughters”. Esse guia para a educação de meninas, apesar de defender ideias como autocontrole e submissão⁵ para a criação de uma boa esposa, em certa medida trazia também ideias como a independência econômica e a respeitabilidade social⁶. Destarte, a construção histórica dos direitos das mulheres passou por um caminho tortuoso e ainda há dificuldades constantes na realização desses direitos. Em termos de história brasileira, a educação para meninas não ocorre em conjunto com o surgimento das primeiras escolas, presentes já no período colonial, que eram

¹ PIOVESAN, Flávia. FACHIN, Melina Girardi. **Diálogos sobre o feminino: a proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil à luz do impacto do sistema interamericano**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p. 169.

² KRELL, Andreas J. **REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS MEDIANTE CONTROLE JUDICIAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS (UMA VISÃO COMPARATIVA)**. Brasília: Revista de Informação Legislativa, 1999, p. 242.

³ A educação pública sofreu severos cortes orçamentários no ano de 2019, representando 30% do orçamento de custeio de todas as universidades federais do país com o pretexto de evitar a suposta “balbúrdia” que ocorreria dentro destas instituições. Ainda, o governo federal realizou significativos contingenciamentos na educação básica, conforme o Decreto nº 9741/2019.

⁴ SALDANHA, Jânia. **“Carta das Mulheres” para o mundo?: O direito das mulheres na intersecção entre o direito internacional, a jurisprudência da corte IDH e o direito constitucional brasileiro**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p. 90.

⁵ MIRANDA, Anadir dos Reis. **MARY WOLLSTONECRAFT E A REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES DO PENSAMENTO ILUMINISTA A RESPEITO DOS DIREITOS DAS MULHERES**. Revista Vernáculo, n. 26, 2º sem./2010, p. 122.

⁶ MIRANDA, Anadir dos Reis. **MARY WOLLSTONECRAFT E A REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES DO PENSAMENTO ILUMINISTA A RESPEITO DOS DIREITOS DAS MULHERES**. Revista Vernáculo, n. 26, 2º sem./2010, p. 123-124.

exclusivamente masculinas.

Dessa forma, só existia educação formal feminina em casa ou em conventos⁷ até 1827, em que surgem as primeiras escolas femininas, com o advento da Lei sobre o Ensino Elementar no Brasil⁸, mesmo que, no entanto, essas escolas seriam obrigatórias apenas para as vilas e cidades mais populosas⁹, privilegiando as estudantes de áreas urbanas. Assim, além de uma institucionalização tardia da educação feminina no país, o acesso seria de acordo com as possibilidades e os recursos de suas famílias.

Para os efeitos do presente trabalho, toma-se gênero por “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] ou uma forma primária de dar significado às relações de poder”.¹⁰ No entanto, destaca-se que a categoria gênero não deve ser analisada de forma estanque, visto que as categorias de gênero, raça e classe são entrelaçadas no entendimento das opressões¹¹, a partir da perspectiva da vertente interseccional do feminismo. Com efeito, isso se mostra na discriminação de gênero que perdura no presente quando se fala em acesso ao ensino, visto que mesmo diante de índices otimistas do aumento da escolarização feminina, o acesso à educação de qualidade ainda é um obstáculo a ser vencido, pois existem maiores dificuldades de acesso com base nas oportunidades e recursos das mulheres. Outrossim, uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2016¹² demonstrou que 73% dos estudantes no Brasil figuram na rede pública de ensino. Dentre esses estudantes, a pesquisa aponta que o principal indicador de evasão escolar de jovens é a dedicação a um emprego, tanto para mulheres quanto para homens. Ainda, destaca-se que para as mulheres o segundo maior motivo para evasão é a necessidade de cuidar da família, ultrapassando um quarto das evasões escolares¹³, isto é, demonstra-se que mesmo dentro de classes menos favorecidas, as mulheres ainda encontram mais obstáculos para acessar o ensino por conta de obrigações que não são estendidas aos homens.

A principal motivação para sustentar esta pesquisa reside na importância da discussão do acesso à educação formal como um meio de emancipação social da mulher e um dos

⁷ TOMAZONI, Larissa; LOBO, Andrea; DOTTA, Alexandre. **A Condição da Mulher no espaço educacional brasileiro: aspectos históricos sociais da trajetória feminina**, p. 03

⁸ BRASIL. **Lei do Ensino Elementar no Brasil**, de 15 de outubro de 1827, de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império.

⁹ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3a ed. São Paulo: Moderna, 2009, p. 222.

¹⁰ SCOTT, Joan. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica**. *Educação e Realidade*. 20 (2), p.71-99, 1995. p. 86

¹¹ DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017. 182 p. p 34.

¹² BRASIL. IBGE 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua de 2016**, p. 41

¹³ BRASIL. IBGE 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua de 2016**, p. 42.

caminhos para o alcance da igualdade de gênero material¹⁴, em vista de superar a simples declaração de igualdade perante a lei, diante da existência de opressões na distribuição de recursos, oportunidades e a ocupação de espaços em que mulheres não teriam vez ou voz. Com efeito, enquanto o início do movimento feminista brasileiro lutava pelo reconhecimento de seus direitos políticos, mulheres de outras camadas da sociedade não eram incluídas¹⁵ por possuírem demandas completamente diferentes, pois já figuravam no mercado de trabalho de forma abusiva e exploratória, sem qualquer acesso à educação. Assim, além da concepção de igualdade material, imprescindível que se utilize da análise interseccional do acesso à educação feminina para discussão da construção de uma estrutura de ensino capaz de promover igualdade.

O procedimento metodológico utilizado será a análise dos institutos jurídicos e políticas públicas através das lentes do constitucionalismo feminista em conjunto com a análise bibliográfica acerca dos direitos das mulheres e o direito à educação, bem como o estudo de projetos desenvolvidos a respeito do tema dentro da estrutura estatal, analisando o que existe e a sua eficácia. Quanto ao Poder Legislativo, pretende-se analisar o Projeto de Lei 523/19. Já sobre o Poder Executivo, busca-se discutir as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Por sua vez, ao falar do Poder Judiciário, pretende-se analisar as discussões perpetradas no Conselho Nacional de Justiça. Por fim, pretende-se analisar a atuação do Ministério Público.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é promover uma análise do acesso ao ensino das mulheres no Brasil através da apreciação crítica do direito à educação e sua promoção por meio de políticas públicas, incluindo espaços de segurança, acolhimento e anti machismo dentro dos muros da escola. Para tanto, este trabalho possui três partes: a primeira procura inserir a discussão do constitucionalismo feminista, dispor sobre a educação como direito humano e a importância da interseccionalidade nos discursos de igualdade de gênero. Em seguida, objetiva-se relacionar a ausência de acesso à escolaridade formal às violências de gênero sofridas pelas mulheres no Brasil, apresentando o sistema de proteção que existe no país e versando sobre violência de gênero em suas mais diversas formas de manifestação. Por fim, propõe-se uma análise da atuação pela educação das mulheres nos meios institucionais.

¹⁴ FRASER, Nancy. **Igualdade, identidades e justiça social**. In: Luta de Classes ou Respeito às diferenças? 2012, p. 4.

¹⁵ MOREIRA, Laís de Araújo. **Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (redemocratização brasileiro)**. Periódico de Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Gênero e Direito, Centro de Ciências Jurídicas - UFPB, v. 5, n. 1, p.217-255, jan. 2016. Anual, p. 220.

I. Direito à educação e recorte de gênero

O ponto I se destina a apresentar a discussão das duas questões que unem este trabalho. Na primeira parte, analisa-se a construção histórica dos direitos das mulheres que culminou na significativa participação feminina na assembléia constituinte. A segunda parte discute a importância da educação como direito humano e a existência de projetos que assumem a responsabilidade de implementar soluções para aproximar meninas da escola diante do vácuo deixado pela ausência de atuação estatal.

1.1 Constituição para valer tem que ter palavra de mulher: constitucionalismo feminista e a construção histórica dos direitos das mulheres na Constituição de 1988

Por ocasião da promulgação da Constituição Federal, no dia cinco de outubro de 1988, o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, disse em seu discurso que “a atuação das mulheres nesta Casa foi de tal teor, que, pela edificante força do exemplo, aumentará a representação feminina nas futuras eleições”¹⁶. Era uma das primeiras vezes que mulheres participavam ativamente da história constitucional brasileira, e a fizeram de maneira significativa e valorosa, atuando em comissões temáticas de diversos assuntos¹⁷. Norberto Bobbio aponta que os direitos humanos são direitos históricos¹⁸, ou seja, que não se dão quando precisam emergir, mas quando o contexto histórico, político e social permite que existam. A participação das mulheres na discussão sobre os seus próprios direitos no Brasil não foi diferente, pois ocorreu no contexto de redemocratização brasileira, com participação feminina na Constituinte, o Conselho Nacional dos direitos da mulher e outros movimentos.

Da mesma forma, não se dá crédito apenas ao contexto histórico, pois como bem apontado por Urtado e Pamplona¹⁹ “a ausência de vozes femininas não se constrói por sua suposta fragilidade e ignorância, mas sim, se constrói na assertividade dos homens em mandar que se calem”. Os direitos não são institucionalizados por bondade ou por consciência dos

¹⁶ BRASIL. Presidente da Assembleia Constituinte(1988): Ulysses Guimarães). **Discurso por ocasião da promulgação da constituição de 1988**. Brasília, 05 out 1988, p. 7.

¹⁷ URTADO, Daniela; PAMPLONA, Danielle Anne. **A última constituinte brasileira, as bravas mulheres e suas conquistas**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização: Bruna Nowak, p. 62.

¹⁸ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 51.

¹⁹ URTADO, Daniela; PAMPLONA, Danielle Anne. **A última constituinte brasileira, as bravas mulheres e suas conquistas**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização: Bruna Nowak, p. 53.

detentores do poder, mas pelo que Joaquín Herrera Flores chama de “processos de luta pela dignidade humana”²⁰. Esses processos de luta feminina podem ser observados sob um prisma multinível²¹, em que se encontram contribuições nos anos 1980 no contexto brasileiro, na América Latina e no sistema ONU.

Inicialmente, no contexto internacional, pode-se referenciar que a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres - CEDAW, editada em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984. Este documento foi resultado de um movimento de reivindicação²² no Sistema ONU que resultou em uma discussão sobre os direitos das mulheres em plena ditadura civil militar no Brasil²³, despontando como um dos primeiros documentos que iniciou o combate da discriminação de gênero na saúde, educação, família e trabalho²⁴. Ademais, a CEDAW trouxe um impacto para a questão dos direitos femininos de maneira globalizada, em que se realizaram conferências mundiais²⁵ sobre assunto em diversos países, como no México em 1975, em Copenhague em 1980 e Nairóbi em 1985. Isso modificou a discussão no plano dos direitos humanos das mulheres em todo o mundo²⁶, influenciando o Brasil para o que ocorreria três anos depois na promulgação do texto constitucional.

No contexto brasileiro, cabe ressaltar que em um primeiro momento, o movimento feminista no Brasil se deu pelas reivindicações de mulheres brancas, de classe média e com acesso à educação, baseado na luta pelo sufrágio universal, e que tentava deixar claro que

²⁰ FLORES, Joaquín Herrera. **Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência**. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos. Florianópolis, 2002, p. 7.

²¹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1997, p. 115.

²² PIOVESAN, Flávia. FACHIN, Melina Girardi. **Diálogos sobre o feminino: a proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil à luz do impacto do sistema interamericano**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p. 179.

²³ SALDANHA, Jânia. **“Carta das Mulheres” para o mundo?: O direito das mulheres na intersecção entre o direito internacional, a jurisprudência da corte IDH e o direito constitucional brasileiro**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p.93

²⁴ SALDANHA, Jânia. **“Carta das Mulheres” para o mundo?: O direito das mulheres na intersecção entre o direito internacional, a jurisprudência da corte IDH e o direito constitucional brasileiro**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p.94

²⁵ SALDANHA, Jânia. **“Carta das Mulheres” para o mundo?: O direito das mulheres na intersecção entre o direito internacional, a jurisprudência da corte IDH e o direito constitucional brasileiro**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p.95

²⁶ PIOVESAN, Flávia. FACHIN, Melina Girardi. **Diálogos sobre o feminino: a proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil à luz do impacto do sistema interamericano**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p. 176.

homens não eram inimigos do movimento²⁷. No entanto, com a ditadura civil militar, há uma mudança na feição do movimento, que passa a ser de resistência contra o autoritarismo político²⁸. Da mesma forma, na década de 1980, foi possível aumentar a participação de mulheres lésbicas, negras e camponesas no movimento²⁹, tornando o feminismo brasileiro mais inclusivo e plural.

Justamente nessa conjuntura, esses direitos foram tutelados na Constituição Federal de 1988, sobretudo em razão do que se chamou de “lobby do batom”³⁰ que consistiu em uma atuação da bancada feminina (formada por 26 deputadas e nenhuma senadora) na Assembleia Constituinte em conjunto com a atuação do movimento feminista da época. Nesse sentido, destaca-se a Carta das mulheres³¹, enviada à Assembleia Constituinte em 26 de agosto de 1986, que reunia reivindicações a respeito da discriminação de gênero, das famílias, trabalho, saúde, educação, cultura, violência, bem como questões nacionais e internacionais. A atuação das mulheres constituintes foi crucial para a constitucionalização dos direitos das mulheres que estavam sendo discutidos, utilizando o lema “Constituição para valer tem que ter palavra de mulher”³². No entanto, apesar da seriedade de suas reivindicações, a bancada feminina foi frequentemente desacreditada por suas demandas, ao que o termo “lobby do batom”³³ foi utilizado inicialmente de forma pejorativa.

Ao mesmo tempo, na década dos anos 1980, muitos países da América Latina estavam passando por contextos de redemocratização após ditaduras militares, o que fortaleceu a vontade da participação popular no poder constituinte e fez com que as mulheres, antes pleiteando seus direitos nos movimentos sociais, alcançassem a institucionalização desses direitos e a participação feminina nesses processos, iniciando a construção do constitucionalismo feminista³⁴.

²⁷ CESTARI, Mariana Jafet. **A constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina nos anos 1970**. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011, p. 85.

²⁸ MOREIRA, Laís de Araújo. **Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (redemocratização brasileiro)**. Periódico de Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Gênero e Direito, Centro de Ciências Jurídicas - UFPB, v. 5, n. 1, p.217-255, jan. 2016. Anual, p. 222.

²⁹ MOREIRA, Laís de Araújo. **Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (redemocratização brasileiro)**. Periódico de Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Gênero e Direito, Centro de Ciências Jurídicas - UFPB, v. 5, n. 1, p.217-255, jan. 2016. Anual, p. 224.

³⁰ Em entrevista realizada pelo jornal Correio Braziliense pela jornalista Daniela Lima, a então deputada Rita Camata menciona que esse nome foi utilizado inicialmente de forma pejorativa.

³¹ **Carta das mulheres aos constituintes**, disponível no site da Câmara dos Deputados.

³² URTADO, Daniela; PAMPLONA, Danielle Anne. **A última constituinte brasileira, as bravas mulheres e suas conquistas**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização: Bruna Nowak, p. 201.

³³ LIMA, Daniela. **Uma luta pela igualdade**. Correio Braziliense. Brasília, 28/10/2007.

³⁴ SILVA, Salete Maria da; WRIGHT, Sonia Jay. **As mulheres e o novo Constitucionalismo: uma narrativa feminista sobre a experiência brasileira**, p. 172.

Assim, sob o contexto de redemocratização brasileira e os processos de luta no sistema ONU, na América Latina e no Brasil, nasceu a Constituição Federal de 1988, permeada pela vontade de democracia e participação. Desta forma, o constitucionalismo feminista se expressa, primeiramente, como a constitucionalização dos direitos das mulheres e a presença de intérpretes constitucionais do gênero feminino, demonstrando o real sentido do lema “Constituição para valer tem que ter palavra de mulher”. Com efeito, seria muito inadequado se os homens fossem os únicos a construir e interpretar a Constituição. É imprescindível que todas as mulheres tenham voz, seja na Assembleia Constituinte, nos tribunais ou nas salas de aula. Todavia, essa construção vai além disso, porque não basta que as mulheres façam parte da criação das normas constitucionais. O constitucionalismo feminista busca a realização concreta desses direitos, como bem apresentam Tomazoni e Barboza³⁵:

O Direito Constitucional Feminista (ou Direito Constitucional a partir de uma perspectiva de gênero) é resultado do pensamento crítico feminista que vem modificando o mundo político-jurídico e construindo novos conceitos a partir das noções de poder, justiça, liberdade e recontextualizando a igualdade no Estado Constitucional para formular propostas concretas e corrigir as injustiças baseadas na dinâmica de dominação/subordinação entre homens e mulheres que acarretam a negativa ao acesso das mulheres ao espaço público.

Destarte, diante desta problemática, relevante referir que a construção de espaços por dignidade feminina ainda é um ponto de chegada³⁶, visto que, evidentemente, o esforço no combate às desigualdades de gênero, mesmo como valor defendido expressamente na Constituição, encontra entraves constantes na sua efetivação. Aí é que se insere a importância do direito à educação, que deve ser visto como efetivo para todas as camadas da sociedade, o que não acontece. Embora hoje as mulheres de classe média e classe alta apresentem inserção maior no ensino superior do que os homens, ainda recebem menores salários³⁷. Enquanto isso, as mulheres periféricas são colocadas ao lado, sem formação e sem emprego, visto que apresentam maior risco de estarem desempregadas ou fora do mercado de trabalho, em períodos de estabilidade econômica, e seus ganhos são mais baixos³⁸. Dentro desse contexto,

³⁵ TOMAZONI, Larissa; BARBOZA, Estefânia. **O constitucionalismo feminista na América Latina**. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL & FILOSOFIA POLÍTICA, 3., 2017, Curitiba. Caderno de Resumos. Curitiba: ., 2017, p. 330.

³⁶ FLORES, Joaquín Herrera. **Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**. Florianópolis, 2002, p. 10.

³⁷ PAINS, Clarissa. **Mulheres estudam mais, mas recebem 23.5% menos do que homens**. O Globo. Rio de Janeiro, 07 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-estudam-mais-mas-recebem-235-menos-do-que-homens-22461826>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

³⁸ MOURA, Caroline Oliveira de. **A desigualdade educacional de gênero e seus impactos sobre o mercado de trabalho: uma apreciação da literatura**. 2017. 36 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. p. 20.

coloca-se o acesso universal de mulheres à educação como um dos primeiros passos no caminho a ser trilhado para a igualdade de gênero, um instrumento de criação de oportunidades e acesso a outros direitos através da perspectiva interseccional.

1.2 Educação como direito humano e movimentos pela escolaridade feminina

O direito à educação se tornou um direito fundamental no Brasil a partir da Constituição de 1934, em que pela primeira vez vincularam-se recursos públicos para esse fim específico³⁹, por influência da Constituição de Weimar e da Constituição Mexicana⁴⁰. Desde a Constituição de 1988, a educação é consagrada como um direito de todos, em que a responsabilidade pela sua efetivação é da família, da sociedade e do Estado. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal⁴¹ se manifestou no Agravo Regimental em Recurso Extraordinário nº 594018, em 2009, reforçando a obrigação do Estado em viabilizar o seu exercício e disposto como “direito fundamental e indisponível”.

Primeiramente, cabe ressaltar que a educação definida na Constituição, na Lei e em documentos internacionais ratificados pelo Brasil não é baseada apenas na transmissão de conhecimentos técnicos. Com efeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente menciona que a educação visa também o “pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, isto é, a escola representa um espaço para a socialização do indivíduo. Para as mulheres, isso quer dizer discutir o lugar da mulher na sociedade permeada pela opressão patriarcal.

Assim, de acordo com Maliska⁴² a educação não se limita apenas à alfabetização ou o cálculo, pois coloca-se como uma forma de garantir também o desenvolvimento social do indivíduo em sua comunidade. Da mesma forma, a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, prevê em seu artigo 26 a importância do desenvolvimento da

³⁹ SOARES, Rúbem da Silva. O financiamento da educação pública nas Constituições Brasileiras. **Direito à Educação e Direitos na Educação em Perspectiva Interdisciplinar**, São Paulo, p.49-77, Não é um mês válido! 2018. Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/direito_a_educacao_e_direitos_na_educacao_em_perspectiva_interdisciplinar_2018.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019

⁴⁰ SARLET, Ingo Wolfgang. **DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITO PRIVADO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA VINCULAÇÃO DOS PARTICULARES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**. Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos, ., v. 1, p.383-442, ago. 2011. DTR\2000\811. p.14

⁴¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE-AgR 594018/RJ**, Rel. Min. Eros Grau. Brasília.

⁴² MALISKA, Marcos Augusto. **O direito à educação e a constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. 304 p. 157

personalidade como um norte a ser seguido no direito à educação⁴³. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça a importância da existência de pluralidade de ideias no ambiente educacional.

Infelizmente, na contramão dessa visão socializadora e crítica da educação encontrada no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Declaração Universal de Direitos Humanos, existiram algumas tentativas no Brasil de tornar a educação menos crítica, como a iniciativa do Escola sem Partido, que tenta manter a “intocabilidade” da família na transmissão de pensamentos e pontos de vista⁴⁴, para a salvaguarda de valores como o conservadorismo e a tradição. Diante disso, faz-se necessário que além do acesso à escola, essa educação seja de qualidade, e para tanto deve incluir reflexões e profundidade de discussão social. Outrossim, no mesmo sentido, relata Cury⁴⁵:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. [...]. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar sine qua non a fim de poder alargar o campo e o horizonte desses e de novos conhecimentos. O acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. O direito à educação, nesta medida, é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si.

Além da educação de qualidade, deve-se discutir o acesso universal ao ensino. Conforme o artigo 206, inciso I, da Constituição, um dos princípios do ensino é a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, colocando mais uma vez a necessidade de a educação ser um direito que deve ser acessado por todos e todas. Assim, a efetivação desse direito se apresenta como um catalisador da promoção da igualdade material, a partir da ideia de igualdade de oportunidades, conforme a posição de Ana Paula de Barcellos⁴⁶:

A lógica subjacente à ideia da igualdade de chances ou de oportunidades é a de que, uma vez que todos tenham reais oportunidades iniciais de desenvolvimento pessoal e capacitação para a cidadania e para o trabalho, as extremas desigualdades poderão

⁴³ “2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.”

⁴⁴ MIGUEL Luis Felipe Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. Revista Direito e Práxis, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 590-621. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. p. 605.

⁴⁵ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** Cad. Pesqui., São Paulo, n. 116, p. 245-262, Julho 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19/08/2019. p.259.

⁴⁶ BARCELLOS, Ana Paula de, **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 175

ser reduzidas no futuro.

Além do direito à igualdade, o acesso ao ensino contribui com o direito à liberdade visto numa perspectiva substancial. Nesse sentido, Amartya Sen⁴⁷ dispõe que um indivíduo livre é aquele que pode realizar suas próprias escolhas, através das suas capacidades e oportunidades. Ou seja, o desenvolvimento se constrói a partir do aumento da capacidade humana, não representando simplesmente um aumento no crescimento econômico do indivíduo ou de uma comunidade, mas a “expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”⁴⁸. Para tanto, o autor propõe dois conceitos importantes para a compreensão de sua proposta de liberdade: o funcionamento e a abordagem de capacidades. O funcionamento é definido como bens “que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter”⁴⁹ para alcançar o bem-estar ou a felicidade. Por sua vez, a abordagem das capacidades ou *Capabilities Approach* é definida como a liberdade dos indivíduos em alcançar esse bem-estar ou felicidade, em um conjunto de funcionamentos que faz do indivíduo livre aquele que tem a capacidade de tomar as próprias decisões⁵⁰.

Outrossim, Xavier e Consani⁵¹ exemplificam bem o conceito de Sen:

[...] é diferente quando alguém passa fome porque está fazendo uma greve de fome (uma atitude política para a qual o grevista teve a oportunidade manifestar sua preferência) e quando alguém passa fome porque não tem recursos financeiros e nem outros meios de adquirir alimentos, como no caso da pobreza extrema ou das fomes coletivas em que não há a possibilidade de manifestação de preferência. [...] Em Desenvolvimento como liberdade, Sen afirma que a liberdade está relacionada à expansão das capacidades, ou seja, à ampliação das possibilidades de escolha das pessoas para levarem a vida que valorizam.

É justamente diante dessa abordagem, de oferecimento de oportunidades e de escolhas livres, que se coloca o acesso ao ensino, capaz de tornar as escolhas mais conscientes com o acesso ao conhecimento técnico e crítico. No contexto brasileiro, é possível observar diversos movimentos em defesa da educação de mulheres criados pela sociedade civil que tentam promover os valores de liberdade e igualdade, principalmente em razão da inércia dos poderes

⁴⁷ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 17

⁴⁸ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 18

⁴⁹ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 95.

⁵⁰ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 95

⁵¹ XAVIER, Yanko Marcus de Alencar; CONSANI, Cristina Foroni. **SOBRE O CONCEITO DE LIBERDADE EM AMARTYA SEN**. Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade, Natal, v. 6, n. 1, p.381-395, jun. 2015, p. 390.

estatais em promover políticas públicas eficientes para tanto.

Assim, se esses projetos tentam preencher o vácuo deixado pela ausência de políticas públicas que tratem da matéria, necessário incentivo à atuação dessas organizações juntamente com a cobrança de uma postura mais ativa do Estado. Com efeito, há muito a discussão evoluiu do ponto em que se considerava o Estado o único responsável pela garantia dos direitos humanos, visto que a Constituição Alemã de 1949 trouxe pela primeira vez ideia de eficácia horizontal dos direitos fundamentais de forma mais desenvolvida⁵² e foi incorporada ao ordenamento brasileiro com a constitucionalização do direito civil. A partir deste momento, ocorre o fenômeno que ficou conhecido como a “virada de Copérnico”⁵³, em que os valores constitucionais ocuparam o seu lugar de centralidade no ordenamento, acarretando em uma percepção de unidade no sistema normativo e colocando os particulares como mais do que destinatários da norma, pois eles passam a ser também quem realiza o sentido dela.

Destarte, os particulares cada vez mais participam da efetivação desses direitos, deixando de lado uma concepção estatocêntrica, como bem apresenta Fachin et al⁵⁴:

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sua Opinião Consultiva nº 18/03, embora não tenha se manifestado acerca da responsabilização internacional das empresas, referiu-se à “eficácia horizontal dos direitos humanos”, imputando aos Estados o dever de assegurar que os atores privados respeitem os direitos humanos (CORTE IDH, 2003).

Dois projetos se destacam na tentativa de promoção da escolaridade feminina no Brasil. O primeiro deles é realizado pela ONU Mulheres, organização das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero e empoderamentos de mulheres. A organização concentra sua atuação para melhoria do ambiente escolar em que discute machismo, violência e masculinidade tóxica em escolas⁵⁵, tentando tornar o ambiente escolar mais seguro. Um de

⁵² SARLET, Ingo Wolfgang. **DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITO PRIVADO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA VINCULAÇÃO DOS PARTICULARES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**. Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos, ., v. 1, p.383-442, ago. 2011. DTR\2000\811. p. 14

⁵³ FACHIN, Luiz Edson. **Virada de Copérnico: um convite à reflexão sobre o Direito Civil brasileiro contemporâneo**, in: FACHIN, Luiz Edson (coordenador). Repensando os Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo, pp. 317-324. p. 320

⁵⁴ FACHIN, Melina Girardi; RIBAS, A. C. ; CAVASSIN, L. C. ; PUCHTA, A. H. ; NOWAK, B. ; DOSSIATTI, D. ; KZAN, G. S. ; BOLZANI, G. F. ; SANTANDER, G. O. . **O Ponto Cego do Direito Internacional dos Direitos Humanos: uma superação do paradigma estatocêntrico e a responsabilidade internacional de empresas violadoras de direitos humanos**. Homa Publica: Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas, v. 1, p. 77-104, 2016. p. 100. Disponível em <http://homacdhe.com/journal/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/4-PONTO-CEGO-DO-DIREITO-INTERNACIONAL-DOS-DIREITOS-HUMANOS.pdf>

⁵⁵ ONU MULHERES. Cartilha: **Princípios do empoderamento das mulheres**. 2016, Disponível em:

seus projetos mais recentes é intitulado “O Valente não é violento”⁵⁶ e constitui-se por tentativas de “estimular a mudança de atitudes e comportamentos dos homens, enfatizando a responsabilidade que devem assumir na eliminação da violência contra as mulheres e meninas”⁵⁷. Da mesma forma, importante referenciar os grupos de Promotoras Legais Populares⁵⁸, que propõem praticar o empoderamento de mulheres alheias ao âmbito universitário através de informações sobre os seus direitos e discussão crítica sobre a construção de uma sociedade mais justa, com o objetivo de eliminar “barreiras que até então eram impenetráveis para as mulheres das camadas populares, como o acesso à justiça e o conhecimento sobre direitos”⁵⁹.

A preocupação com a escolaridade feminina não é uma exclusividade brasileira. Com efeito, no contexto internacional, também é possível referenciar movimentos que defendem esta bandeira. Um acontecimento lamentável marcou a discussão na última década na comunidade internacional, quando a jovem ativista Malala Yousafzai sofreu uma tentativa de homicídio em 2012 em razão da publicação de textos escritos sob seu pseudônimo masculino “Gul Makai”, em defesa da educação de meninas no Paquistão⁶⁰, após a proibição de mulheres em ambientes escolares pelo movimento Talibã. Após o atentado, a ativista iniciou uma cruzada contra a exclusão feminina nas escolas do mundo, que a tornou a única adolescente a ganhar o Prêmio Nobel da Paz⁶¹, dentre outras premiações de direitos humanos.

Em consequência da luta de Malala, a discussão sobre a educação de meninas floresceu em escala mundial. Em visita recente ao Brasil, a ativista noticiou a expansão da Organização sem fins lucrativos Malala Fund, que já atua em seis outros países, para a América Latina⁶², anunciando que “existe 1,5 milhão de meninas sem acesso à escola no

http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf
p.12. Acesso em 25/04/2019

⁵⁶ ONU MULHERES. **Projeto “O Valente não é violento”**. 2014. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente_inventario.pdf Acesso em 25/08/2019. p. 1

⁵⁷ ONU MULHERES. **Projeto “O Valente não é violento”**. 2014. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente_inventario.pdf Acesso em 25/08/2019. p. 1

⁵⁸ ALVES, Thaís da Rosa. **Promotoras Legais Populares: uma análise sobre ação coletiva**. Diálogo, [s.l.], n. 37, p.21-29, 2 abr. 2018. Centro Universitário La Salle - UNILASALLE. <http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i37.3786>. p. 25

⁵⁹ ALVES, Thaís da Rosa. **Promotoras Legais Populares: uma análise sobre ação coletiva**. Diálogo, [s.l.], n. 37, p.21-29, 2 abr. 2018. Centro Universitário La Salle - UNILASALLE. <http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i37.3786>. p. 26

⁶⁰ YOUSAFZAI, Malala. **Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 287

⁶¹ **Discurso de aceitação de Malala** disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2014/yousafzai/26074-malala-yousafzai-nobel-lecture-2014/>. Acesso em 20/04/2019.

⁶² GOMES. Tamires. **5 destaques da palestra que marcou a vinda de Malala ao Brasil**. Catraca Livre: 10/07/2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/educacao/destaques-malala-no-brasil/>. Acesso em 29/05/2019.

Brasil. Quero encontrar meios para mudar isso”⁶³.

Diante desses projetos criados fora da atuação estatal, é possível observar uma distinção da luta brasileira, que é guiada pela discussão de classe, ao início do ativismo de Malala, que colocava o foco das discussões também em questões culturais e religiosas. De qualquer forma, mesmo que as realidades e as causas iniciais sejam diferentes, pontua-se que o início de um movimento global pela educação de meninas é muito frutífero para a construção da dignidade feminina. Ainda, apesar da importância desses movimentos da sociedade civil, a realidade brasileira precisa do empreendimento de esforços institucionais para efetivar o acesso ao ensino das mulheres mais vulneráveis. Depreende-se de dados do IBGE de 2017 que as duas maiores razões que motivam a evasão escolar de mulheres são o emprego e os cuidados com a família⁶⁴.

Assim, percebe-se a urgência pela construção de mais espaços de promoção de escolaridade feminina, principalmente que atendam às especificidades das necessidades de mulheres pobres e periféricas, visto que a ausência do acesso ao ensino pode resultar na perda da dignidade e diversos direitos sendo mitigados, como o emprego, a previdência e a saúde. Dessa forma, em razão da multiplicidade de realidades que as mulheres brasileiras enfrentam, parece inadequado discutir o direito à educação da mulher, sem que se especifique o contexto e as vulnerabilidades nele incidentes. Sem isso, seria possível questionar a importância da defesa da escolaridade feminina por meio de atuação do Estado, diante de dados demonstrando que as mulheres estão ultrapassando os homens dentro dos espaços de ensino superior⁶⁵. Em resposta a isso, é imprescindível discutir a experiência das mulheres na educação pública, além das diferenças no acesso de cada uma delas tendo em conta as suas especificidades.

Com efeito, a emancipação social a partir da educação não se estende a todas as mulheres⁶⁶, porque o acesso ao ensino de qualidade é determinado pelas oportunidades e na camada da população em que se nasce. Por exemplo, uma pesquisa apontou que apenas um em cada quatro estudantes da escola particular atingem notas boas no Exame Nacional do

⁶³ GOMES, Tamires. **5 destaques da palestra que marcou a vinda de Malala ao Brasil**. Catraca Livre: 10/07/2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/educacao/destaques-malala-no-brasil/>. Acesso em 29/05/2019.

⁶⁴ BRASIL. IBGE 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua de 2016**, p. 43.

⁶⁵ MOURA, Caroline Oliveira de. **A desigualdade educacional de gênero e seus impactos sobre o mercado de trabalho: uma apreciação da literatura**. 2017. 36 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017, p. 13.

⁶⁶ TOMAZONI, Larissa; LOBO, Andrea; DOTTA, Alexandre. **A Condição da Mulher no espaço educacional brasileiro: aspectos históricos sociais da trajetória feminina**, p. 19.

Ensino Médio - ENEM. No entanto, são apenas um em cada quatrocentos alunos da rede pública que obtém um bom desempenho⁶⁷. Por isso, importante ressaltar que basear a igualdade de gênero a um processo meritocrático é um equívoco. Esse é um ponto a ser criticado no feminismo liberal, pois a dignidade feminina não se constrói unicamente com mulheres alcançando postos mais altos em uma construção hierárquica capitalista, isso só resulta em mulheres de classes mais favorecidas explorando mulheres periféricas, como bem colocado por Arruza, Bhattacharya e Fraser⁶⁸:

Completamente compatível com a crescente desigualdade, o feminismo liberal terceiriza a opressão. Permite que mulheres em postos profissionais-gerenciais *façam acontecer* precisamente por possibilitar que elas se *apoiem* sobre mulheres imigrantes mal remuneradas a quem subcontratam para realizar o papel de cuidadoras e o trabalho doméstico.

Com efeito, apesar do direito apresentar a tendência de abstratizar o destinatário da norma e se basear no homem médio, isso não é mais suficiente. Conforme pontuam Piovesan e Fachin⁶⁹, a sujeita precisa “ser visto na sua particularidade e peculiaridade. Necessário ter uma resposta específica e diferenciada [...]”. Por isso, cabe referir que por isso o feminismo interseccional parece a vertente mais abrangente e mais adequada para discutir o direito à educação de mulheres, porque busca discutir e trabalhar a igualdade de gênero a partir das multiplicidades de realidades e opressões. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, intitulado “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”⁷⁰ revelou que para mulheres a partir de 15 anos, 4,9% das mulheres brancas eram analfabetas, enquanto 10,2% das mulheres negras. Ainda, em relação ao espectro racial, a mesma pesquisa demonstra que a evolução do acesso à escolaridade é mais lenta para a população negra:

“Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase 4 vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca.”

⁶⁷ TOLEDO, Fernando Toledo; ARRUDA, Milíbi; PRATA. **No Enem, 1 a cada 4 alunos de classe média triunfa. Pobres são 1 a cada 600**. Estadão. São Paulo, 18/01/2019.

⁶⁸ ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019. 1ed. 128 p, p. 38

⁶⁹ PIOVESAN, Flávia. FACHIN, Melina Girardi. **Diálogos sobre o feminino: a proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil à luz do impacto do sistema interamericano**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p. 170.

⁷⁰ IPEA. 2017. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. P. 2.

A Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotada pelos Estados-membros da ONU em 2015, que reconhece que “a igualdade de gênero está inextricavelmente ligada ao direito à educação”⁷¹. Quando se fala em direito à educação para mulheres, é importante esclarecer de que mulheres está se falando, da realidade de pobreza, racismo e exploração. Desta forma, a interseccionalidade está no cerne da luta por educação feminina, porque enquanto uma mulher não está livre, todas estão presas. Ainda, quando relacionadas à questões de violência de gênero, a educação pode ser uma aliada na prevenção e no combate à situações vexatórias e degradantes que as mulheres são expostas. A partir do acesso à informação e do empoderamento dessas mulheres, o processo de saída de uma situação abusiva é mais factível e ambientes de proteção e acolhimento podem ser criados com mais facilidade.

⁷¹ MUNHOZ, Fabíola. **Direito à educação com igualdade de gênero**. Le Monde Diplomatique. América Latina, 30 nov. 2018. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/direito-a-educacao-com-igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

II. Violência(s) de gênero resultantes da ausência de políticas públicas voltadas a educação feminina

Nesse ponto discute-se a possibilidade dessa violência ser mitigada com políticas de incentivo à educação. A Lei Maria da Penha referencia cinco formas de violência: física, sexual, moral, patrimonial e psicológica. Assim, na primeira parte trata-se da violência física e sexual, que tem mais enfoque na nossa legislação e nas políticas públicas. Na segunda parte fala-se das violências que não envolvem o corpo: patrimonial, moral e psicológica, mas que também precisam de atenção nos espaços de ensino.

2.1 A violência física e sexual e os mecanismos estatais de defesa: serão suficientes?

Além do desenvolvimento social e intelectual, faz-se necessária a análise do reflexo positivo da educação em uma situação que permeia a realidade feminina em qualquer lugar do mundo: a violência contra a mulher. A violência de gênero foi conceituada pela Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as mulheres⁷² como qualquer ato “que possa resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento a mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou arbitrariedade privação da liberdade, seja na vida pública ou na vida privada”. Seguindo essa conceituação, pode-se afirmar que, apesar da maioria dos casos de violência serem direcionados a mulheres, homens também podem ser vítimas de violência de gênero, com efeito algumas normas sociais do cotidiano colocam que homens não podem ser sensíveis ou devem ser obrigatoriamente agressivos, trazendo alguns malefícios, como bem colocado por De Castro⁷³:

A visão tradicional diz que ‘masculino’ e ‘feminino’ são opostos que se complementam. Mas o que constatamos é que, por um lado, as mulheres são as maiores vítimas de violência doméstica e de assédio no trabalho.. [...]

Mas, por outro lado, os homens são vítimas também desse modelo de masculinidade caracterizado por sua oposição ao feminino. A performance de gênero da masculinidade hegemônica nos países latino-americanos possui entre seus postulados principais, independência financeira e poder de compra, desprezo pelas atividades e ‘virtudes’ femininas, indiferença ao perigo e afirmação da autoridade.

⁷² ONU. **Resolução da Assembleia Geral** nº 48/104, de 23 de fevereiro de 1994. Declaração Pela Eliminação da Violência Contra A Mulher. ONU, Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/RES/48/104>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

⁷³ DE CASTRO, Susana. O papel das escolas no combate às masculinidades tóxicas. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S.l.], n. 20, dez. 2018. ISSN 2359-246X. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4552>>. Acesso em: 14 ago. 2019. doi: <https://doi.org/10.22481/aprender.v0i20.4552>.p.77

Ainda, relevante ressaltar-se que a abordagem da violência de gênero em conjunto com o assunto de acesso à educação formal não se pretende em justificar meios de violência às mulheres que tiveram menos oportunidades. É justamente o contrário, busca-se demonstrar que, mais uma vez pela visão das interseccionalidades, dentro do espectro das mulheres que sofrem violência no Brasil, a falta de acesso a escolhas pode dificultar o abandono de um ambiente abusivo. A multiplicidade de escolhas se dá na medida do acesso aos direitos e aos recursos e isso pode ser maximizado com o acesso ao ensino. Em razão disso, propõe-se a criação de políticas públicas e de iniciativas legislativas com o escopo da educação para mitigação do problema da violência de gênero,

A respeito das normas de direito internacional sobre violência, dentro do sistema interamericano, cabe destacar a Convenção de Belém do Pará⁷⁴. O documento é um dos principais instrumentos para o combate à violência de gênero, estabelecendo um rol de direitos que diz respeito à esfera pública e ao aspecto privado⁷⁵. Foi com base nesta Convenção que o Estado Brasileiro foi condenado por negligência e omissão frente à violência doméstica no Caso Maria da Penha Maia Fernandes, marcando a história da Corte e do Brasil, resultando na promulgação da Lei 11.340/2006.

Diante da vitória dos movimentos envolvidos na Corte Interamericana de Direitos Humanos e a edição da Lei Maria da Penha, a expectativa seria de que o combate à violência contra a mulher apresentasse dados otimistas, de redução de índices. A promulgação da Lei representou uma quebra de paradigmas, abandonado o silêncio, como bem coloca Piovesan⁷⁶:

A adoção da Lei Maria da Penha permitiu romper com o silêncio e a omissão do Estado brasileiro, que estavam a caracterizar um ilícito internacional, ao violar obrigações jurídicas internacionalmente contraídas quando da ratificação de tratados.

Contudo, a realidade mostra-se um pouco diferente, visto que o país ainda é um dos

⁷⁴ PIOVESAN, Flávia. FACHIN, Melina Girardi. **Diálogos sobre o feminino: a proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil à luz do impacto do sistema interamericano**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p.182

⁷⁵ PIOVESAN, Flávia. FACHIN, Melina Girardi. **Diálogos sobre o feminino: a proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil à luz do impacto do sistema interamericano**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p. 182

⁷⁶ PIOVESAN, Flávia. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres**. *Revista da Emerj: I Encontro Internacional sobre Violência de Gênero Brasil-Espanha*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p.70-89, mar. 2012. Trimestral. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista57/revista57_sumario.htm>. Acesso em: 22/08/2019.

locais mais perigosos no mundo para ser uma mulher, de acordo com dados da ONU Brasil⁷⁷. Ainda, a taxa de homicídio de mulheres após a edição da Lei Maria da Penha aumentou de 2007 a 2013⁷⁸ e “só El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e a Federação Russa evidenciam taxas superiores às do Brasil”⁷⁹. Além disso, apesar da edição da Lei do Feminicídio em 2015, demonstra-se aumento de 38,3%⁸⁰ em ocorrências desde a sua promulgação, embora a análise do Senado Federal⁸¹ a respeito do assunto não determine se esse fato se dá em razão do aumento da violência ou aumento no número de denúncias, pelo pouco tempo de vigência da Lei⁸². Com efeito, é nos dados referentes ao feminicídio que a diferença interseccional nas opressões se mostra mais flagrante. Segundo o Mapa da Violência de 2015, no intervalo de dez anos (2003 a 2013) o homicídio de mulheres brancas teve queda de 9,8%, enquanto no mesmo período a taxa de mulheres negras subiu 54%⁸³.

Assim, demonstra-se que apesar destas legislações demonstrarem avanços na esfera penal, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. Por exemplo, considerando o recorte da escolaridade, verificou-se a possibilidade de reflexo da educação formal na violência doméstica em um estudo⁸⁴ realizado 2013 no estado do Rio Grande do Sul, em que se demonstrou que a maior parte dos boletins de ocorrência eram registrados por mulheres que acessaram apenas o ensino fundamental em Porto Alegre/RS e Curitiba/PR:

[...] Em Porto Alegre/RS, 53,7% das mulheres não completaram o Ensino Fundamental. Na pesquisa de Labronici et al. (2010) na cidade de Curitiba/PR, novamente, a maioria das mulheres têm Ensino Fundamental Completo (59,7%).

⁷⁷ PIOVESAN, Flávia. FACHIN, Melina Girardi. **Diálogos sobre o feminino: a proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil à luz do impacto do sistema interamericano**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak, p. 191

⁷⁸ WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa Violência 2015: Homicídio Mulheres no Brasil**. 2015, p. 12

⁷⁹ WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa Violência 2015: Homicídio Mulheres no Brasil**. 2015, p. 27

⁸⁰ OLIVEIRA, Guilherme; OLIVEIRA, Nelson. **Três anos depois de aprovada, Lei do Feminicídio tem avanços e desafios**. Especial Cidadania. Senado Federal. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/tres-anos-depois-de-aprovada-lei-do-feminicidio-tem-avancos-e-desafios>. Acesso em 06/06/2019

⁸¹ OLIVEIRA, Guilherme; OLIVEIRA, Nelson. **Três anos depois de aprovada, Lei do Feminicídio tem avanços e desafios**. Especial Cidadania. Senado Federal. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/tres-anos-depois-de-aprovada-lei-do-feminicidio-tem-avancos-e-desafios>. Acesso em 06/06/2019

⁸² OLIVEIRA, Guilherme; OLIVEIRA, Nelson. **Três anos depois de aprovada, Lei do Feminicídio tem avanços e desafios**. Especial Cidadania. Senado Federal. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/tres-anos-depois-de-aprovada-lei-do-feminicidio-tem-avancos-e-desafios>. Acesso em 06/06/2019

⁸³ WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa Violência 2015: Homicídio Mulheres no Brasil**. 2015. p. 30

⁸⁴ GRIEBLER, Charlyze Naiana; BORGES, Jeane Lessinger. **Violência Contra a Mulher:: Perfil dos Envolvidos em Boletins de Ocorrência da Lei Maria da Penha**. Psico, Três de Maio, Rs, Brasil, v. 44, n. 2, p.215 03/2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/11463/9640>>. Acesso em: 20/052019

Ainda, um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde em um boletim epidemiológico que analisa a violência sexual revelou que as mulheres eram as vítimas em 74,2% dos casos⁸⁵. Da mesma forma, registrou-se que 76,5% dos casos de violência eram contra crianças e adolescentes⁸⁶, em que 69,2% ocorreram dentro da residência⁸⁷, com quase 40% dos agressores sendo da família da menor⁸⁸. A partir desses dados, pode-se afirmar que a maioria das vítimas de violência sexual são meninas menores de idade, dentro do ambiente doméstico, com um parente ou outro adulto próximo da família sendo o agressor.

Assim, é possível discutir a importância do acesso ao ensino, que pode proporcionar mais segurança para estas jovens, a partir da possibilidade da discussão sobre sexualidade nas escolas de forma séria para evitar abusos dentro do contexto familiar⁸⁹, ou seja, com informações de saúde e de forma acessível. Além da educação sexual apresentar a função de potencial proteção de menores contra abusos no contexto familiar, o estudo da sexualidade pode reduzir a homofobia, conforme coloca Prado e Ribeiro⁹⁰:

O não reconhecimento da diversidade sexual durante o planejamento de algumas intervenções educativas expõe parte dos estudantes à exclusão e violência e [...] faz com que a escola legitime a estigmatização e perseguição de sujeitos que transgridam os padrões socialmente esperados para os gêneros e sexualidades.

Dessa forma, a discussão de temas de sexualidade no contexto da educação é uma forma de proteger mulheres, pois combater a lesbofobia e a transfobia também representa uma pauta feminista⁹¹. Com efeito, as lutas por igualdade não podem ser vistas apenas dentro do

⁸⁵ Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico: **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. 27. ed. nº 49. Sistema Único de Saúde: Ministério da Saúde, 2018. 17p, p. 3

⁸⁶ Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico: **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. 27. ed. nº 49. Sistema Único de Saúde: Ministério da Saúde, 2018. 17p, p. 3

⁸⁷ Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico: **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. 27. ed. nº 49. Sistema Único de Saúde: Ministério da Saúde, 2018. 17p, p. 5

⁸⁸ Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico: **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. 27. ed. nº 49. Sistema Único de Saúde: Ministério da Saúde, 2018. 17p, p. 5.

⁸⁹ AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea Cristina. **ESCOLA E EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. .. Caxias do Sul, p. 11.

⁹⁰ PRADO, Vagner Matias do; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Homofobia e educação sexual na escola: Percepções de homossexuais no ensino médio**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 16, p.137-152, jun. 2015. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/489/602>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

⁹¹“A luta contra a violência é um fenômeno comum a ambos os grupos, mas com diferenças singulares: enquanto as mulheres lutam contra a dominação masculina que as empurram para esfera privada e as subjugam em quase todas as áreas da vida, LGBT lutam contra uma moral sexual e identitária que define a cisgêneridade e a heterossexualidade como normas hegemônicas. [...] Apesar de distintos e complexos, os Movimentos Feminista

universo das mulheres cisgênero e heterossexuais. Sendo assim, visto que iniciativas que tentam coibir a educação sexual nas escolas expõe crianças e adolescentes a riscos e que além da discussão da sexualidade proteger contra abusos, é interessante para discutir os papéis sociais que são atrelados a cada gênero. A escola pode ser um espaço de mudança da cultura machista e um espaço que fomenta a igualdade de gênero, como bem apontou De Castro⁹²:

Se a cultura e sociedade é machista, a única forma de desconstruir masculinidades que fazem vítimas entre as mulheres e os homens igualmente, é começando pela base, pela educação infantil. Se desde pequena a criança aprende que há dentro dela princípios masculinos e femininos (animus e anima – JUNG apud SAFFIOTI, p. 16, 2004), passa a respeitar melhor o ‘outro’ e não querer se impor ou se submeter.

Destarte, diante dos entraves para efetivação da proteção das mulheres demonstrados no sistema nacional de proteção, revela-se necessária a criação de novos instrumentos de combate à violência. A análise crítica dos efeitos da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio não consiste em uma defesa pela sua revogação, apenas de que existe hoje ainda não é suficiente para a defesa da mulher. Restam ainda muitas questões a serem resolvidas, que nem sempre serão resolvidas com enfoque apenas no aspecto penal.

Com efeito, a violência pode ser combatida de diversas formas e em razão disso, propõe-se que a proposição e efetivação de projetos que objetivem o aumento da escolaridade feminina, podem ser grandes aliados neste processo, visto que a violência depende do contexto em que alguém está inserido, em que questões como raça, idade e classe influenciam diretamente nesta equação. Portanto a atuação desses projetos deve observar principalmente essas interseccionalidades.

2.2 Violências morais, patrimoniais e psicológicas e espaços de machismo institucional

Buscando tutelar a multiplicidade de situações existentes, a Lei Maria da Penha abordou também lesões morais, patrimoniais e psicológicas. Essas agressões são experienciadas por mulheres de formas distintas diariamente, muitas vezes invisibilizadas por

e LGBT possuem mais pontos em comum do que parecem perceber e acumulam uma reserva de potência que pode ser explorada criativamente de maneira conjunta e parceira na busca pela dignidade, cidadania, justiça, igualdade e direitos.” in PEREIRA, Cleyton. **Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil**. Caderno Espaço Feminino, [s.l.], v. 369, n. 345, p.345-369, 30 jan. 2018. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/cef-v31n1-2018-18>.

⁹²DE CASTRO, Susana. O papel das escolas no combate às masculinidades tóxicas. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S.l.], n. 20, dez. 2018. ISSN 2359-246X. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4552>>. Acesso em: 14 ago. 2019.p.82

visões que aceitam e naturalizam estes comportamentos. Sendo assim, para a compreensão dessas violências de gênero, em conjunto aos conceitos extraídos da lei, utilizaram-se cenários de exemplos práticos além do contexto doméstico, ressaltando-se que estas situações não esgotam a realidade.

As violências não vem separadas, na maioria dos casos em que existe uma agressão física há também uma agressão moral⁹³. Da mesma forma, uma mulher pode experimentar diversas formas de agressão ao mesmo tempo. A primeira a ser referenciada é a violência moral, que, conforme o art. 7º da Lei Maria da Penha, é constituída por “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. A violência moral relaciona-se intimamente com as construções sociais de masculino, feminino e o papel que cada um ocupa, como bem coloca Minayo⁹⁴:

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. [...] Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas

Assim, a ideia de que os indivíduos devem atender a uma expectativa da sociedade sobre a sua personalidade e os seus comportamentos é maléfica tanto para mulheres quanto para homens⁹⁵. Ao mesmo tempo que a dureza e agressividade são atrelados ao comportamento masculino, contribuindo para que ocorram situações de violência moral, visto que demonstrações de sensibilidade e vulnerabilidade são consideradas pouco masculinas ou passíveis de estigma⁹⁶. Um exemplo em que essa agressão pode ser demonstrada, é no contexto de mulheres trabalhadoras que vivenciam situações vexatórias “de forma constante e repetitiva, com o intuito de humilhar, diminuir, acarretando o isolamento do empregado e ainda redução na sua autoestima”⁹⁷ em razão do seu gênero no ambiente do trabalho.

⁹³ GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PROBLEMATIZANDO DEFINIÇÕES TEÓRICAS, FILOSÓFICAS E JURÍDICAS**. Psicologia & Sociedade, [s.l.], v. 27, n. 2, p.256-266, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2>. p. 256.

⁹⁴ MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 1, p.23-27, jan. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2005.v10n1/23-26/pt>>. Acesso em: 06 jun. 2019. p. 23

⁹⁵ MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 1, p.23-27, jan. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2005.v10n1/23-26/pt>>. Acesso em: 06 jun. 2019. p. 23

⁹⁶ MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 1, p.23-27, jan. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2005.v10n1/23-26/pt>>. Acesso em: 06 jun. 2019. p. 23

⁹⁷ Tribunal Superior do Trabalho, **A Mulher e o Assédio Moral**. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/materias->

Por sua vez, a violência psicológica é definida na Lei Maria da Penha como “qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento”. Essa forma de violência pode ser exemplificada em relacionamentos afetivos, com desconsideração da opinião feminina baseada na crença de inferioridade ou subsunção à vontade masculina. Assim, inspirando medo, insegurança, controle, formas de intimidação⁹⁸ e empregando comportamento com a intenção de causar sofrimento a sua parceira⁹⁹. Sobre isso, assevera Guimarães¹⁰⁰ que dentre as formas de violência descritas na Lei Maria da Penha como a mais recorrente e mais difícil de ser identificada.

Em outro espectro desta afirmação, a violência patrimonial é definida como conduta que configure retenção ou destruição bens, valores e direitos ou recursos econômicos conforme a Lei Maria da Penha. Um exemplo de violência patrimonial decorre de situações em que pessoas participantes do núcleo familiar de uma mulher utilizem o domínio sobre os bens da família para limitar as suas opções. Em questões de violência de gênero, existe uma tendência de culpabilização automática da vítima, em que questionamentos sobre o seu comportamento, suas roupas e sua postura perante o agressor são utilizadas para justificar estas violências e fazendo vítimas questionarem a si mesmas se não “fizeram por merecer”. Outrossim, Angelin e Martins¹⁰¹ abordam esta questão:

[...] revela-se uma ideologia bastante assustadora e retrógrada: mulheres são culpabilizadas pela violência que sofrem e, também, denota-se a ideia de que, por natureza, os homens não conseguem controlar seus instintos sexuais e, portanto, seriam as mulheres que os provocam através de seus corpos, sendo essas as verdadeiras responsáveis pelos estupros.

Assim, diante dessas agressões cotidianas, propõe-se que além do acesso à educação

especiais/-/asset_publisher/89Dk/content/id/3008783. Acesso em 01/06/19, às 14:00.

⁹⁸ CUNHA, Tânia Rocha Andrade; SOUSA, Rita de Cássia Barbosa de. **VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: DOR INVISÍVEL**. In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 10., 2017, Salvador. Anais... . Salvador: Editora Realize, 2017. p. 1 - 11, p.9

⁹⁹ CUNHA, Tânia Rocha Andrade; SOUSA, Rita de Cássia Barbosa de. **VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: DOR INVISÍVEL**. In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 10., 2017, Salvador. Anais... . Salvador: Editora Realize, 2017. p. 1 - 11, p. 8

¹⁰⁰ GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PROBLEMATIZANDO DEFINIÇÕES TEÓRICAS, FILOSÓFICAS E JURÍDICAS**. Psicologia & Sociedade, [s.l.], v. 27, n. 2, p.256-266, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2>. p. 256.

¹⁰¹ ANGELIN, Rosângela; MARTINS, Paulo Adroir Magalhães. **CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA OS CORPOS DAS MULHERES: DO FEMINICÍDIO AOS DIREITOS HUMANOS**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X, p. 7. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497545052_ARQUIVO_ACULTURADAVIOLENCIACONTRAOSCORPOSDASMULHERES.pdf. Acesso em 01/06/2019.

formal, necessária a construção de espaços que discutam o machismo presentes nas relações pessoais dentro das instituições de ensino, para identificar e combater essas situações. Com efeito, o acolhimento de mulheres que experienciam essas realidades deve ser visando a responsabilização de seus agressores, contrariando a cultura de perdão e esquecimento que se instala neste contexto, segundo Moraes e Ribeiro¹⁰² as mulheres que denunciam os agressores recebem resposta de que “a ideia de que a mulher agredida foi, ainda que não sozinha, responsável pela violência se mantém quase inalterável”.

Dessa forma, ressalta-se a atuação imprescindível de movimentos sociais em situações de acolhimento, empoderando e libertando as vítimas. Por exemplo, destacando-se mais uma vez a atuação das Promotoras Legais Populares, que realizam projetos baseados na educação de mulheres, como cursos de capacitação legal¹⁰³ e o oferecimento de apoio às vítimas, prezando pela democratização da informação e do compartilhamento de vivências. Apesar da importância da atuação de projetos como esse, as iniciativas, tanto para acolher vítimas de violências físicas quanto psicológicas sob aspectos educacionais e empoderadores, devem partir também do Estado, como bem colocado por Blay¹⁰⁴:

Para enfrentar esta cultura machista e patriarcal são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada. Para isso é fundamental estabelecer uma articulação entre os programas dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, do Planejamento e demais ministérios.

Isso pode ser eficaz até mesmo para coibir potenciais agressões, como visto em um projeto desenvolvido no Centro de Detenção provisória de Serra¹⁰⁵, no Espírito Santo, que discute violência contra a mulher e machismo com detentos acusados de agressão e

¹⁰² MORAES, Aparecida Fonseca; RIBEIRO, Letícia. **As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência"**. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-58, Aug. 2012, p. 58. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500003&lng=en&nrm=iso>. access on 07 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000500003>. Acesso em 06/06/2019.

¹⁰³ ALVES, Thaís da Rosa. **Promotoras Legais Populares: uma análise sobre ação coletiva**. Diálogo, [s.l.], n. 37, p.21-29, 2 abr. 2018. Centro Universitário La Salle - UNILASALLE. <http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i37.3786>. p. 21

¹⁰⁴ BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, Dezembro. 2003. disponível em; <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Aug. 2019. p. 87

¹⁰⁵ ALESSI, Gil. **“O melhor dia da minha vida foi quando a conheci. O pior, quando eu a matei”**. El País. Serra (es), 20 ago. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/16/politica/1565961105_327484.html?id_externo_rsoc=FB_CC&fbclid=IwAR1y0X1iqF8jD3jA9Se_C8TIpA5hVwjssmla8na6JrZdF1_1fNQe-oQn1-E>. Acesso em: 24 ago. 2019.

feminicídio e tem visto resultados positivos¹⁰⁶. Conforme relata a jornalista Alessa Gil, muitos detentos não viam problemas nas agressões que resultaram nas suas prisões, mas nas denúncias que os levaram até ali, demonstrando a naturalização do comportamento violento no imaginário masculino. A respeito de grupos de reflexão de agressores e o papel da educação coletiva, Elias¹⁰⁷ dispõe:

Os grupos de reflexão, por conseguinte, constituem lugares propícios para confrontar os padrões socioculturais que sustentam os comportamentos violentos. A reflexão e as discussões em grupos de homens agressores contribuem para a construção de novas masculinidades. Para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher não basta trabalhar com o empoderamento das vítimas; é necessário envolver os homens e combater a cultura que permite a existência de uma masculinidade violenta, incompatível com o respeito aos direitos humanos e com o estágio de desenvolvimento atual da sociedade.

Com a discussão de temas como masculinidade e violência, alguns detentos passaram a refletir sobre as suas condutas e apresentaram comportamento menos violento dentro das instituições prisionais.¹⁰⁸ Nesse sentido, existe o Projeto de Lei no Senado nº 9/2016¹⁰⁹, que altera a Lei Maria da Penha “para estabelecer a medida protetiva de frequência a centro de educação e reabilitação do agressor”, que foi remetido para a Câmara de Deputados, foi emendado e aguarda apreciação pelo Senado¹¹⁰. Assim, demonstra-se urgente a criação de espaços que discutam a masculinidade masculinidade tóxica¹¹¹, visto que seu combate pode trazer benefícios para homens e mulheres, evitando situações de violência para ambos. Para isso, a igualdade de gênero e a violência precisam se tornar pauta de discussão no ambiente escolar, para que possa ser um assunto abertamente discutido em todos os ambientes.

¹⁰⁶ ALESSI, Gil. “O melhor dia da minha vida foi quando a conheci. O pior, quando eu a matei”. El País. Serra (es), 20 ago. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/16/politica/1565961105_327484.html?id_externo_rsoc=FB_CC&fbclid=IwAR1y0X1iqF8jD3jA9Se_C8TIpA5hVwjssmla8na6JrZdF1_1fNQe-oQn1-E>. Acesso em: 24 ago. 2019.

¹⁰⁷ ELIAS, Miriam Luciana Freitas. Centros de educação e reabilitação de agressores na lei Maria da Penha. 2014. 26 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.p. 105

¹⁰⁸ ALESSI, Gil. “O melhor dia da minha vida foi quando a conheci. O pior, quando eu a matei”. El País. Serra (es), 20 ago. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/16/politica/1565961105_327484.html?id_externo_rsoc=FB_CC&fbclid=IwAR1y0X1iqF8jD3jA9Se_C8TIpA5hVwjssmla8na6JrZdF1_1fNQe-oQn1-E>. Acesso em: 24 ago. 2019.

¹⁰⁹ BRASIL. Projeto de Lei no Senado nº 9, de 2016. . Brasília. Senado Federal, Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124675>>. Acesso em: 24 set. 2019.

¹¹⁰ BRASIL. Projeto de Lei nº 5001, de 2016. . Brasília: Câmara dos Deputados, Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081916>>. Acesso em: 24 set. 2019.

¹¹¹ NIGRO, Isabella Silva; BARACAT, Juliana. **Masculinidade: preciosa como diamante, frágil como cristal.** Revista Eletrônica de Psicologia: Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF), Garça, v. 30, n. 1, p.04-20, jan. 2018. Semestral. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/nNirdcsu8KL0cs0_2019-3-8-17-21-47.pdf#page=7>. Acesso em: 24 ago. 2019.p 13

III. Iniciativas institucionais

Após a discussão da educação feminina como instrumento de igualdade de oportunidades e proteção, à medida que evita situações de violência e contribui para que mulheres possam desvencilhar-se de contextos abusivos, aqui pretende-se analisar o que o Estado está fazendo sobre isso (ou o que está deixando de fazer). No primeiro ponto, focado no Poder Executivo e no Poder Legislativo, discute-se o Projeto de Lei 523/2019 e a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. No segundo ponto, analisa-se a atuação do judiciário do Poder Judiciário e do Ministério Público

3.1 Propostas Legislativas e Políticas Públicas

De acordo com Soares¹¹², o papel do Estado é determinante na construção da igualdade de gênero como um “como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça”. Ainda, a autonomia pessoal da mulher que leve à independência econômica deve ser um dos elementos centrais da emancipação feminina¹¹³. Para tanto, necessária a construção de políticas, programas e serviços para possibilitar o acesso à educação e consequentemente a outros direitos como emprego, saúde e previdência e que a educação acessada seja de qualidade. No contexto político, embora a atuação política feminina esteja crescendo nos últimos anos¹¹⁴, ainda há grandes entraves na efetivação de uma representação feminina.

Além disso, ressalta-se que existe a diferença entre uma participação feminina e uma participação feminista, visto que a mera existência de mulheres no parlamento ou nos ministérios não garante uma atuação em prol da libertação feminina. Hoje, algumas mulheres que participam ativamente da política e ocupam cargos relevantes levantam bandeiras de conservadorismo contra direitos reprodutivos e contra a emancipação feminina por acreditar que lugar de mulher é na base da família¹¹⁵. Isso não quer dizer que toda congressista religiosa

¹¹² SOARES, Vera. **Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes**. Políticas Públicas e Igualdade de Gênero: Prefeitura Municipal.Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal., São Paulo., p.113-127, 2004. 188 P. P / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). p. 117

¹¹³ SOARES, Vera. **Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes**. Políticas Públicas e Igualdade de Gênero: Prefeitura Municipal.Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal., São Paulo., p.113-127, 2004. 188 P. P / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). p. 118

¹¹⁴ Tribunal Superior Eleitoral. **Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014**. 2019. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

¹¹⁵ SOUZA, Sandra Duarte de. **Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o**

deve ser necessariamente reacionária, no entanto, o contexto atual demonstra que quando o eleitorado evangélico elege deputados e senadores, estes são fiéis às suas pautas¹¹⁶. Ressalta-se que dos 202 parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica na última legislatura (que compreendeu 2014 à 2018), apenas 12 eram mulheres¹¹⁷, embora não seja possível precisar o número de parlamentares mulheres evangélicas hoje pois a lista de membros da Frente Parlamentar Evangélica está desatualizada no site da Câmara.

Apesar da existência de congressistas que defendem o movimento feminista, estas representam um número pouco expressivo nas Casas Legislativas¹¹⁸. Com efeito, a Câmara de Deputados noticiou, no início de 2019, que existem 40 projetos de Lei sobre direitos da mulher¹¹⁹, destes, nove versam sobre violência física, quatro sobre saúde, três sobre trabalho, um sobre cultura, um sobre política e um sobre educação.

O Projeto de Lei nº 523/2019¹²⁰, o único que versa sobre as temáticas de educação e direito das mulheres, é muito sucinto, ao que pretende incluir a igualdade entre homens e mulheres na Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e na Lei que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Em sua justificação consta que foi inicialmente apresentado pela parlamentar Jô Moraes, mas que como a proposta foi arquivada, a Deputada Jandira Feghali resolveu reapresentá-la¹²¹. Assim, a parlamentar defende a inclusão da expressão “igualdade entre homens e mulheres” como um princípio do ensino e como diretriz do Plano Nacional de Ensino, como um incentivo a discussão de comportamentos sociais que

privado. Horizonte, [s.l.], v. 13, n. 39, p.1261-1295, 30 set. 2015. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2175-5841.2015v13n39p1261>. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1261>>. Acesso em: 24 ago. 2019. p. 1288

¹¹⁶ SOUZA, Sandra Duarte de. **Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado**. *Horizonte*, [s.l.], v. 13, n. 39, p.1261-1295, 30 set. 2015. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2175-5841.2015v13n39p1261>. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1261>>. Acesso em: 24 ago. 2019. p. 1292

¹¹⁷ Câmara de Deputados. **Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional**. 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

¹¹⁸ SOUZA, Sandra Duarte de. **Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado**. *Horizonte*, [s.l.], v. 13, n. 39, p.1261-1295, 30 set. 2015. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2175-5841.2015v13n39p1261>. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1261>>. Acesso em: 24 ago. 2019. p. 1291

¹¹⁹ Câmara dos Deputados. **Direitos da mulher é tema de cerca de 40 projetos de lei. 2019**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/551644-direitos-da-mulher-e-tema-de-cerca-de-40-projetos-de-lei/>>. Acesso em: 23 ago. 2019

¹²⁰ BRASIL. **Projeto de Lei nº 523/2019**, de 06 de fevereiro de 2019.. Brasília, Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191352>>. Acesso em: 20 ago. 2019. p. 2

¹²¹ BRASIL. **Projeto de Lei nº 523/2019**, de 06 de fevereiro de 2019.. Brasília, Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191352>>. Acesso em: 20 ago. 2019. p. 2

desigualam as pessoas¹²². Outrossim, cabe referir o trecho da justificação do Projeto de Lei:

[...] Ao discutir sobre os sistemas de pensamento e as atitudes sexistas presentes na sociedade (e, por óbvio, na própria escola), a comunidade escolar pode apoderar-se da tarefa de resistir e de promover a transformação dessas concepções e comportamentos sociais. Por outro lado, se a escola não explicita as desigualdades de gênero, corre o risco de acomodar-se e continuar reproduzindo os dicotômicos modelos tradicionais na relação entre os sexos.

Não se questiona a importância de colocar a igualdade de gênero como princípio educacional, no entanto não há outras iniciativas legislativas no Congresso nacional a respeito da escolaridade de meninas ou formas de evitar a evasão escolar, como a instituição de creches em escolas, apoio psicológico para alunas gestantes ou módulos de apoio para estudantes que precisam trabalhar para garantir o seu próprio sustento ou de sua família, por exemplo. Por fim, cabe referenciar que o município de Porto Alegre possui um Projeto de Lei que institui “diretrizes para as ações que visem à valorização de mulheres e meninas e à prevenção e ao combate do machismo pela rede municipal de ensino”¹²³ e o Estado do Mato Grosso sancionou a Lei Estadual nº 10.760/2018 que institui uma “campanha permanente de combate ao machismo e valorização das mulheres na rede pública estadual de ensino de Mato Grosso”. Da mesma forma que existe apenas uma iniciativa que envolve mulheres e educação no Poder Legislativo Federal, no Poder Executivo o cenário não é muito diferente. Para tanto, a comparação com os governos anteriores parece ser o meio mais adequado para aferir a atuação do ministério. Com a ascensão da extrema direita após a eleição e o novo Presidente da República, o Ministério dos Direitos Humanos foi renomeado, e passou a se chamar Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A escolha para o comando da pasta foi pela pastora Damares Alves, que propaga o antifeminismo e já declarou que chegou a hora de a igreja governar¹²⁴.

No governo anterior, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) trazia um capítulo sobre “educação para igualdade e cidadania” colocava que mesmo com o acesso de mais meninas à escola, existia mais a se fazer sobre os

¹²² BRASIL. **Projeto de Lei nº 523/2019**, de 06 de fevereiro de 2019.. Brasília, Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191352>>. Acesso em: 20 ago. 2019. p. 3

¹²³ Câmara Municipal de Porto Alegre: **Projeto estabelece diretrizes para combate ao machismo nas escolas**. 2018. Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/projeto-estabelece-diretrizes-para-combate-ao-machismo-nas-escolas>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

¹²⁴ CALEIRO, João Pedro; MACHADO, Ana Paula. "Chegou a hora da igreja governar", disse ministra dos Direitos Humanos. **Pragmatismo Político**. São Paulo., p. 1-1. 07 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/12/igreja-ministra-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 20 ago. 2019

conteúdos e as discussões sobre machismo no contexto escolar¹²⁵:

No Brasil, desde 2004, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres trata a educação como um dos eixos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária entre mulheres e homens. [...] A desigualdade de gênero foi reduzida no acesso e no processo educacional, mas permanecem diferenças nos conteúdos educacionais e nos cursos e nas carreiras acessados por mulheres e homens. Se, por um lado, grande parte dos indicadores educacionais mostra que as mulheres se sobressaem em relação aos homens; esses indicadores também comprovam a persistência de graves desigualdades associadas à discriminação sexista, étnica e racial, à concentração de renda, à distribuição desigual de riqueza entre campo e cidade.

Ademais, dentre os objetivos específicos¹²⁶ do Plano havia a necessidade de “eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero” e “promover políticas para a ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e no ensino superior, com destaque para as áreas científicas e tecnológicas, com igualdade de gênero, raça, etnia, considerando as mulheres em sua diversidade”. Seguidos desses objetivos, elencaram-se metas, linhas de ação e planejamento.

Em comparação, no site da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ao clicar nas abas Ações e Programas de Educação, cultura e ciência a resposta é “Desculpe, essa página não existe¹²⁷”:

¹²⁵ BRASIL. **Plano Nacional de Políticas Para As Mulheres, de 2013**. . Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il.. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/157/PNPM%202013-2015%20%28em%2022ago13%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 ago. 2019 p. 22

¹²⁶ BRASIL. **Plano Nacional de Políticas Para As Mulheres, de 2013**. . Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il.. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/157/PNPM%202013-2015%20%28em%2022ago13%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 ago. 2019 p. 22

¹²⁷ Possível verificar a inexistência de informações no link: <https://www.mdh.gov.br/assuntos/educacao-cultura-e-ciencia> Acesso em 30.08.2019.

Figura 1: *Printscreen* do site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos



Fonte: Site do Ministério (2019).

Assim, percebe-se que a atuação do Ministério hoje elencou outras prioridades, visto que foi criado um “Observatório Nacional da Família”¹²⁸, o orçamento previsto para a Casa da Mulher Brasileira resta intacto em sete meses de governo¹²⁹ e não foi lançado nenhum edital em 2019 com qualquer informação na Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM). Além disso, observa-se que o contexto atual no Poder Legislativo é de apenas um Projeto de Lei, em tramitação e, enquanto isso, no Poder Executivo verifica-se a ausência de políticas que incentivem a presença escolar feminina e as discussões sobre igualdade nas escolas, com a alocação de recursos com enfoque no combate à “ideologia de gênero” e questões religiosas. Infelizmente, a perspectiva é que a situação se mantenha assim num governo tão conservador quando trata-se de costumes.

3.2 Atuação do Poder Judiciário e Ministério Público

Quanto ao Poder Judiciário e o Ministério Público, buscava-se entender as questões de escolaridade e direitos das mulheres dentro de um contexto judicial, no entanto, como essas duas entidades não são as titulares das políticas públicas, demonstrou-se que executam projetos dentro da alçada de competência constitucionalmente atribuída, através do Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça, que promovem relevantes

¹²⁸ BRASIL. Governo Federal. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Observatório Nacional da Família. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

¹²⁹ ANJOS, Anna Beatriz; FONSECA, Bruno. **Após 7 meses, Damares não gastou um centavo com Casa da Mulher Brasileira.** Exame. São Paulo., p. 1-1. 19 ago. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/apos-7-meses-damares-nao-gastou-um-centavo-com-casa-da-mulher-brasileira/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

discussões envolvem direito à educação e igualdade dentro dessas instituições. Quanto ao Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça já expressou a educação como um dos caminhos de combate à desigualdade de gênero¹³⁰ e como um elemento crucial da rede de prevenção ao feminicídio¹³¹. Ressalta-se que o Poder Judiciário fixou como meta o fortalecimento da rede contra violência contra a mulher¹³², a partir de iniciativas dentro e fora da realidade processual, de acordo com Bandeira¹³³ todo o trabalho da Comissão Permanente instaurada sobre o tema tem encontrado resultados positivos:

A violência doméstica contra a mulher tem sido debatida pelo CNJ desde 2007, por meio da Jornada Maria da Penha e do Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Entre as ações institucionais concretas, destaca-se o programa Semana Justiça pela Paz em Casa, promovido desde 2015, em parceria com os Tribunais de Justiça, com o objetivo de ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), ao agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero e promover a visibilidade do tema.

Apesar do reconhecimento da importância da educação feminina e da necessidade da criação de mecanismos que construam espaços de anti machismo nas escolas, não existe nenhum projeto ou iniciativa sobre o tema que seja de titularidade do Poder Judiciário.

A respeito da discussão de papéis de gênero no contexto escolar, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou contra a limitação da “ideologia de gênero” nas escolas. A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 526 foi ajuizada pelo Partido Comunista do Brasil contra uma Lei do Município de Foz do Iguaçu que proíbe, na rede municipal de ensino, a veiculação de conteúdo relacionado à ideologia de gênero ou à orientação sexual e mesmo a utilização do termo “gênero”. O Ministro Dias Toffoli defendeu a suspensão da eficácia dessa Lei em sede de decisão liminar com base na competência federal para legislar sobre as diretrizes e bases da educação¹³⁴, Ainda, o Ministro relatou em sua decisão

¹³⁰ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Acesso da mulher ao conhecimento combate a desigualdade de gênero**. 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86780-acesso-da-mulher-ao-conhecimento-combate-a-desigualdade-de-genero>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

¹³¹ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Rede Protetiva busca melhorar iniciativas para a prevenção ao feminicídio**. 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89366-rede-protetiva-busca-melhorar-iniciativas-para-a-prevencao-ao-feminicidio>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

¹³² BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário**. 2019. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2019/05/13926ffe304159519caed2b504923ff5.pdf>> Acesso em 27. Ago.2019. p. 39

¹³³ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Rede Protetiva busca melhorar iniciativas para a prevenção ao feminicídio**. 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89366-rede-protetiva-busca-melhorar-iniciativas-para-a-prevencao-ao-feminicidio>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

¹³⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 526**, Rel. Min. Dias Toffoli. Brasília.

monocrática os perigos da supressão do conhecimento no contexto escolar¹³⁵:

De fato, a supressão de conteúdo curricular é medida grave que atinge diretamente o cotidiano dos alunos e professores na rede municipal de ensino com consequências evidentemente danosas, ante a submissão em tenra idade a proibições que suprimem parte indispensável de seu direito ao saber.

Quanto à atuação ministerial cabe referenciar que o Conselho Nacional do Ministério promove muitas discussões sobre a igualdade de gênero¹³⁶, mesmo que sem um evento específico para a educação de mulheres e meninas. Sobre o tema do incentivo escolaridade feminina, o Coletivo Transforma MP lançou uma nota divulgando o Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público se manifestou contra o Projeto Escola sem Partido, defendendo que a educação deve debater preconceitos e desigualdades sociais¹³⁷. Segundo a nota, a escola deve ter partido: o das meninas e mulheres brasileiras.¹³⁸ Da mesma forma, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal se manifestou contra o Escola Sem Partido¹³⁹ e o Ministério Público Federal já defendeu a educação com igualdade de gênero como uma das principais alternativas para prevenir e combater a violência contra a mulher.¹⁴⁰

Destarte, verifica-se que apesar do apoio das entidades do Poder Judiciário e do Ministério Público às pautas da igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher através da educação, a defesa ocorre por meio de discussões sobre o assunto até agora. Ainda, pode-se observar que os dois órgãos atuaram recentemente em defesa da liberdade na educação, criticando movimentos que tentam restringir a transmissão de valores críticos.

¹³⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 526**, Rel. Min. Dias Toffoli. Brasília.

¹³⁶ <http://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/12238-debates-sobre-igualdade-de-genero-marcam-segundo-dia-de-conferencia-em-sao-paulo>BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público.. Debates sobre igualdade de gênero marcam segundo dia de conferência, em São Paulo. 2019. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/12238-debates-sobre-igualdade-de-genero-marcam-segundo-dia-de-conferencia-em-sao-paulo>>. Acesso em: 07 set. 2019.

¹³⁷ Coletivo Transforma MP. **MOVIMENTO NACIONAL DE MULHERES DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA ESCOLA COM PARTIDO**. 2018. Disponível em: <<http://www.transformamp.com/movimento-nacional-de-mulheres-do-ministerio-publico-pela-escola-com-partido/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

¹³⁸ Coletivo Transforma MP. **MOVIMENTO NACIONAL DE MULHERES DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA ESCOLA COM PARTIDO**. 2018. Disponível em: <<http://www.transformamp.com/movimento-nacional-de-mulheres-do-ministerio-publico-pela-escola-com-partido/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

¹³⁹ BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **Nota Técnica 01/2016 PFDC**. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf>>. Acesso em 30/08/2019.

¹⁴⁰ BRASIL., Ministério Público Federal.. **Educação com igualdade de gênero é imprescindível para combater violência contra a mulher, defende MPF**. 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/educacao-com-igualdade-de-genero-e-imprescindivel-para-combater-violencia-contra-a-mulher-defende-mpf>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou a análise de duas questões relacionadas aos direitos humanos: a educação e a emancipação de mulheres. Não parece existir uma problema, a princípio, envolvendo os dois temas porque os dados otimistas de crescimento da escolaridade feminina podem dar a ideia de que as coisas estão caminhando bem. Isso porque os dados refletem apenas sobre o sexo dos estudantes que ingressam na universidade, sem analisar conjuntamente a classe e a etnia. Com efeito, se observada pela perspectiva interseccional, percebe-se a desigualdade no acesso de mulheres em contextos diferentes: mais da metade das evasões escolares de mulheres no Brasil ocorrem em razão de emprego ou cuidados com a família¹⁴¹ e três quartos da população em idade escolar precisa estudar em escola pública.¹⁴²

As mulheres podem até estar ultrapassando os homens em números no ensino superior, mas ainda existem questões que afastam-nas dos bancos escolares. A respeito desta questão, Angela Davis coloca a posição crucial das mulheres negras, que dentro do espectro das opressões sofridas num contexto machista, teriam uma vulnerabilidade diferenciada por sofrerem racismo¹⁴³, o que se reflete em questões como a alfabetização de mulheres brancas aumentar mais que o dobro do que a de mulheres negras no mesmo período¹⁴⁴. Da mesma forma, a classe impacta diretamente o acesso a direitos, bem como nem sempre permite o acesso a melhor educação.

O constitucionalismo feminista se coloca como uma forma de formular propostas concretas baseadas na subordinação de gênero¹⁴⁵. Para tanto, defendeu-se a criação de políticas públicas necessárias ao cumprimento dos objetivos constitucionais, com educação para todos e todas. Dessa forma, não basta apenas o acesso à qualquer escola, mas uma com inspiração de pensamento crítico e transmissão de valores de igualdade, através da discussão

¹⁴¹ BRASIL. IBGE 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua de 2016**, p. 41

¹⁴² BRASIL. IBGE 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua de 2016**, p. 41

¹⁴³ DAVIS, Angela. Mulheres raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2013. 248 p. p. 81

¹⁴⁴ IPEA. 2017. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. P. 2.

¹⁴⁵ TOMAZONI, Larissa; BARBOZA, Estefânia. **O constitucionalismo feminista na América Latina**. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL & FILOSOFIA POLÍTICA, 3., 2017, Curitiba. Caderno de Resumos. Curitiba: ., 2017, p. 330.

do machismo e outras formas de preconceito para semear um espaço de acolhimento e empatia. Esse poderia ser o primeiro passo para criação de oportunidades e acesso a outros direitos.

Essas políticas públicas poderiam contribuir em duas maneiras: aproximando mulheres da escola e tornando o ambiente escolar um inspirador de uma cultura de igualdade. Primeiramente, combater as razões da evasão escolar e oferecer apoio à mulheres para que continuem a estudar, aumentando as suas oportunidades. Em um segundo momento, além de melhorar o acesso dessas mulheres, auxiliar na mudança de uma cultura machista que oprime e subjuga metade da população brasileira. Porque a discussão destes temas pode auxiliar não só na mudança das dinâmicas sociais dentro da escola, mas contribuir para a criação desse espaço de igualdade e respeito fora delas, evitando que novos homens tornem-se agressores e que novas mulheres tornem-se vítimas.

Se as tentativas de implementação dessas políticas públicas não estão a contento do problema, algumas organizações da Sociedade Civil mencionadas neste trabalho tentaram preencher esse vácuo, como a ONU Mulheres, as Promotoras Legais Populares e o Malala Fund, desenvolvendo valorosos projetos na tentativa de empreender uma escola com mais meninas, mais igualdade de gênero e acolhimento. Mesmo buscando mais sobre essas iniciativas e mais projetos, só foi possível discutir a atuação destas instituições no esforço de promover igualdade de gênero através da educação. Apesar de muitas organizações especializadas em atuarem questões relacionados à mulheres, a promoção de escolaridade não parece ser o mote da maioria delas.

Por isso, é importante que existam políticas públicas com essa finalidade, para que esses direitos sejam realizados. As poucas iniciativas legislativas que incentivam a igualdade de gênero no contexto escolar ainda estão em tramitação, a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos demonstra que a alocação de recursos está focada na proteção de outros valores, com uma Ministra anti-feminista e pastora evangélica. Quanto ao Poder Judiciário, verificou-se que o CNJ reconhece a importância da educação feminina e trabalha questões como igualdade de gênero com frequência em eventos. O Supremo Tribunal Federal se manifestou de forma cuidadosa sobre a ideologia de gênero nas escolas, mas a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 526 ainda aguarda julgamento definitivo. O Ministério Público demonstrou-se contrário a essas medidas e também já se manifestou positivamente sobre a relação entre educação e igualdade de gênero.

Destarte, necessário destacar que a melhora do quadro de escolaridade feminina na última década, apesar de positivo, ainda não é suficiente. Mostra-se urgente que existam

novas formas de promover o acesso ao ensino por mulheres, e que a escola a ser acessada seja pública, gratuita, de qualidade e incentivadora do pensamento crítico. Assim, se a igualdade de gênero e a libertação feminina das amarras do patriarcado são o ponto de chegada, a garantia de uma educação libertadora para todas e todos é o primeiro passo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, Gil. **“O melhor dia da minha vida foi quando a conheci. O pior, quando eu a matei”**. El País. Serra (es), 20 ago. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/16/politica/1565961105_327484.html?id_externo_rsoc=FB_CC&fbclid=IwAR1y0X1iqF8jD3jA9Se_C8TIpA5hVwjssmla8na6JrZdF1_1fNQe-oQn1-E>. Acesso em: 24 ago. 2019.

ALVES, Thaís da Rosa. **Promotoras Legais Populares: uma análise sobre ação coletiva**. Diálogo, [s.l.], n. 37, p.21-29, 2 abr. 2018. Centro Universitário La Salle - UNILASALLE. <http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i37.3786>. p. 25

ANGELIN, Rosângela; MARTINS, Paulo Adroir Magalhães. **CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA OS CORPOS DAS MULHERES: DO FEMINICÍDIO AOS DIREITOS HUMANOS**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. P. 7. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497545052_ARQUIVO_ACULTURADAVIOLENCIACONTRAOSCORPOSDASMULHERES.pdf. Acesso em 01/06/2019, às 14:30.

ANJOS, Anna Beatriz; FONSECA, Bruno. **Após 7 meses, Damares não gastou um centavo com Casa da Mulher Brasileira. Exame**. São Paulo., p. 1-1. 19 ago. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/apos-7-meses-damares-nao-gastou-um-centavo-com-casa-da-mulher-brasileira/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3a ed. São Paulo: Moderna, 2009.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019. 1ed. 128 p

AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea Cristina. **ESCOLA E EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. .. Caxias do Sul: ., 2012. p. 1 - 16. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1105/800>>. Acesso em: 28 maio 2019.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, Dezembro. 2003. disponível em; <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Aug. 2019. p. 87

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Acesso da mulher ao conhecimento combate a desigualdade de gênero**. 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86780-acesso-da-mulher-ao-conhecimento-combate-a-desigualdade-de-genero>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: **Observatório Nacional da Família**. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Rede Protetiva busca melhorar iniciativas para a prevenção ao feminicídio**. 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89366-rede-protetiva-busca-melhorar-iniciativas-para-a-prevencao-ao-feminicidio>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário**. 2019. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2019/05/13926ffe304159519caed2b504923ff5.pdf>> Acesso em 27. Ago.2019. p. 39

BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público.. **Debates sobre igualdade de gênero marcam segundo dia de conferência**, em São Paulo. 2019. Disponível em:

<<http://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/12238-debates-sobre-igualdade-de-genero-marcam-segundo-dia-de-conferencia-em-sao-paulo>>. Acesso em: 07 set. 2019.

BRASIL. Ibge 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua de 2016**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8b9eafcfe9d8742b0a8eaa5fce7ae94.pdf. Acesso em 07/04/2019.

BRASIL. **Lei do Ensino Elementar no Brasil**, de 15 de outubro de 1827, de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império.

BRASIL., Ministério Público Federal. **Educação com igualdade de gênero é imprescindível para combater violência contra a mulher, defende MPF**. 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/educacao-com-igualdade-de-genero-e-imprescindivel-para-combater-violencia-contra-a-mulher-defende-mpf>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Nota Técnica 01/2016 PFDC**. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf>>. Acesso em 30/08/2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas Para As Mulheres**, de 2013. . Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il.. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/157/PNPM%202013-2015%20%28em%2022ago13%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 ago. 2019

BRASIL. Presidente da Assembleia Constituinte(1988): Ulysses Guimarães). **Discurso por ocasião da promulgação da constituição de 1988**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>>. Acesso em 02/04/2019.

BRASIL. **Projeto de Lei no Senado nº 9, de 2016.** . Brasília. Senado Federal, Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124675>>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5001, de 2016.** . Brasília: Câmara dos Deputados, Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081916>>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 523/2019**, de 06 de fevereiro de 2019. Brasília, Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191352>>. Acesso em: 20 ago. 2019. p. 2

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE-AgR 594018/RJ**, Rel. Min. Eros Grau. Brasília.

CALEIRO, João Pedro; MACHADO, Ana Paula. "**Chegou a hora da igreja governar**", **disse ministra dos Direitos Humanos**. Pragmatismo Político. São Paulo., p. 1-1. 07 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/12/igreja-ministra-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 20 ago. 2019

Câmara dos Deputados. **Direitos da mulher é tema de cerca de 40 projetos de lei**. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/551644-direitos-da-mulher-e-tema-de-cerca-de-40-projetos-de-lei/>>. Acesso em: 23 ago. 2019

Câmara dos Deputados. **Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional**. 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

Câmara Municipal de Porto Alegre: **Projeto estabelece diretrizes para combate ao machismo nas escolas**. 2018. Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/projeto-estabelece-diretrizes-para-combate-ao-machismo-nas-escolas>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

CARTA das mulheres aos constituintes, disponível no site da Câmara dos Deputados. Disponível em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso em 27/04/2019.

CESTARI, Mariana Jafet. **A constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina nos anos 1970**. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/269160>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

Coletivo Transforma MP. **MOVIMENTO NACIONAL DE MULHERES DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA ESCOLA COM PARTIDO**. 2018. Disponível em: <<http://www.transformamp.com/movimento-nacional-de-mulheres-do-ministerio-publico-pela-escola-com-partido/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade; SOUSA, Rita de Cássia Barbosa de. **VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: DOR INVISÍVEL**. In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 10., 2017, Salvador. Anais... . Salvador: Editora Realize, 2017. p. 1 - 11. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID848_19062017202106.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 116, p. 245-262, Julho 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19/08/2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2013. 248 p.

DE CASTRO, Susana. **O papel das escolas no combate às masculinidades tóxicas. Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S.l.], n. 20, dez. 2018. ISSN 2359-246X. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4552>>. Acesso em: 14 ago. 2019. doi: <https://doi.org/10.22481/aprender.v0i20.4552>.

ELIAS, Miriam Luciana Freitas. **Centros de educação e reabilitação de agressores na lei Maria da Penha**. 2014. 26 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FACHIN, Luiz Edson. **Virada de Copérnico: um convite à reflexão sobre o Direito Civil brasileiro contemporâneo**, in: FACHIN, Luiz Edson (coordenador). *Repensando os Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo*, pp. 317-324.

FACHIN, Melina Girardi; RIBAS, A. C. ; CAVASSIN, L. C. ; PUCHTA, A. H. ; NOWAK, B. ; DOSSIATTI, D. ; KZAN, G. S. ; BOLZANI, G. F. ; SANTANDER, G. O. **O Ponto Cego do Direito Internacional dos Direitos Humanos: uma superação do paradigma estatocêntrico e a responsabilidade internacional de empresas violadoras de direitos humanos**. Homa Public a: Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas, v. 1, p. 77-104, 2016. p. 100. Disponível em <http://homacdhe.com/journal/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/4-PONTO-CEGO-DO-DIREITO-INTERNACIONAL-DOS-DIREITOS-HUMANOS.pdf> Acesso em 28/08/2019.

FLORES, Joaquín Herrera. **Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência**. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos. Florianópolis, 2002.

FRASER, Nancy. **Igualdade, identidades e justiça social**. In: **Luta de Classes ou Respeito às diferenças?** 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/364304/mod_resource/content/1/LUTA%20DE%20CLASSES%20OU%20RESPEITO%20%C3%80S%20DIFEREN%C3%87AS.pdf. Acesso em 21/10/2018.

GRIEBLER, Charlize Naiana; BORGES, Jeane Lessinger. **Violência Contra a Mulher:: Perfil dos Envolvidos em Boletins de Ocorrência da Lei Maria da Penha**. Psico, Três de Maio, Rs, Brasil, v. 44, n. 2, p.215-225, jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/11463/9640>>. Acesso em: 20 maio 2019

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. **VIOLÊNCIA**

CONTRA A MULHER: PROBLEMATIZANDO DEFINIÇÕES TEÓRICAS, FILOSÓFICAS E JURÍDICAS. Psicologia & Sociedade, [s.l.], v. 27, n. 2, p.256-266, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2>. p. 256.

GOMES. Tamires. **5 destaques da palestra que marcou a vinda de Malala ao Brasil.** Catraca Livre: 10/07/2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/educacao/destaques-malala-no-brasil/>. Acesso em 29/05/2019.

IPEA. 2017. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015.** Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf.

KRELL, Andreas J. **REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS MEDIANTE CONTROLE JUDICIAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS (UMA VISÃO COMPARATIVA).** Brasília: Revista de Informação Legislativa, 1999. Disponível em: <http://staticsp.atualidadesdodireito.com.br/marcelonovelino/files/2012/06/Direitos-sociais-Andreas-Krell.pdf>>. Acesso em: 13/03/2019.

LIMA, Daniela. **Uma luta pela igualdade.** Correio Braziliense. Brasília, 28 out. 2007. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Artigo%20CB%20Mulheres%20Constituintes.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

MALISKA, Marcos Augusto. **O direito à educação e a constituição.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. 304 p.

MIGUEL Luis Felipe **Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro.** Revista Direito e Práxis, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 590-621. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. p. 605.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência.** Ciência & Saúde Coletiva, ., v. 10, n. 1, p.23-27, jan. 2005. Disponível em:

<<https://www.scielo.org/pdf/csc/2005.v10n1/23-26/pt>>. Acesso em: 06 jun. 2019. p. 23

MIRANDA, Anadir dos Reis. **MARY WOLLSTONECRAFT E A REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES DO PENSAMENTO ILUMINISTA A RESPEITO DOS DIREITOS DAS MULHERES**. Revista Vernáculo, n. 26, 2o sem./2010.

MORAES, Aparecida Fonseca; RIBEIRO, Letícia. **As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência"**. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-58, Aug. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500003&lng=en&nrm=iso>. access on 07 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000500003>.

MOREIRA, Laís de Araújo. **Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (redemocratização brasileiro)**. Periódico de Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Gênero e Direito, Centro de Ciências Jurídicas - UFPB, v. 5, n. 1, p.217-255, jan. 2016. Anual.

MOURA, Caroline Oliveira de. **A desigualdade educacional de gênero e seus impactos sobre o mercado de trabalho: uma apreciação da literatura**. 2017. 36 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MUNHOZ, Fabíola. **Direito à educação com igualdade de gênero**. Le Monde Diplomatique. América Latina, 30 nov. 2018. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/direito-a-educacao-com-igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio**. In: STEVENS, Cristina et al. Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 36-50, p. 38

NIGRO, Isabella Silva; BARACAT, Juliana. **Masculinidade: preciosa como diamante, frágil como cristal**. Revista Eletrônica de Psicologia: Faculdade de Ensino Superior e

Formação Integral (FAEF), Garça, v. 30, n. 1, p.04-20, jan. 2018. Semestral. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/nNirdcsu8KL0cs0_2019-3-8-17-21-47.pdf#page=7>. Acesso em: 24 ago. 2019. p 13

OLIVEIRA, Guilherme; OLIVEIRA, Nelson. **Três anos depois de aprovada, Lei do Femicídio tem avanços e desafios**. Especial Cidadania. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/tres-anos-depois-de-aprovada-lei-do-feminicidio-tem-avancos-e-desafios>. Acesso em 06/06/2019

ONU. **Resolução da Assembleia Geral nº 48/104**, de 23 de fevereiro de 1994. Declaração Pela Eliminação da Violência Contra A Mulher. ONU, Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/RES/48/104>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ONU MULHERES. Cartilha: **Princípios do empoderamento das mulheres**. 2016., p.12. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf. Acesso em 25/04/2019.

ONU MULHERES. **Projeto “O Valente não é violento”**. 2014. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente_inventario.pdf Acesso em 25/08/2019. p. 1

PAINS, Clarissa. **Mulheres estudam mais, mas recebem 23.5% menos do que homens**. O Globo. Rio de Janeiro, 07 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-estudam-mais-mas-recebem-235-menos-do-que-homens-22461826>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PEREIRA, Cleyton. **Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil**. Caderno Espaço Feminino, [s.l.], v. 369, n. 345, p.345-369, 30 jan. 2018. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/cef-v31n1-2018-18>.

PIOVESAN, Flávia. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres**. Revista da Emerj: I Encontro Internacional sobre Violência de Gênero Brasil-Espanha., Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p.70-89, mar. 2012. Trimestral. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista57/revista57_sumario.htm>.

Acesso em: 22 ago. 2019.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

PIOVESAN, Flávia. FACHIN, Melina Girardi. **Diálogos sobre o feminino: a proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil à luz do impacto do sistema interamericano**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak.

PRADO, Vagner Matias do; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Homofobia e educação sexual na escola: Percepções de homossexuais no ensino médio**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 16, p.137-152, jun. 2015. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/489/602>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SALDANHA, Jânia. **“Carta das Mulheres” para o mundo?: O direito das mulheres na intersecção entre o direito internacional, a jurisprudência da corte IDH e o direito constitucional brasileiro**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização de Bruna Nowak.

SARLET, Ingo Wolfgang. **DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITO PRIVADO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA VINCULAÇÃO DOS PARTICULARES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**. Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos, ., v. 1, p.383-442, ago. 2011. DTR\2000\811.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação e Realidade. 20 (2), p.71-99, 1995.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Salete Maria da; WRIGHT, Sonia Jay. **As mulheres e o novo Constitucionalismo: uma narrativa feminista sobre a experiência brasileira.** Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/historiadireito/article/view/666/pdf>>.

SOARES, Rúbem da Silva. **O financiamento da educação pública nas Constituições Brasileiras.** Direito à Educação e Direitos na Educação em Perspectiva Interdisciplinar, São Paulo, p.49-77, Não é um mês válido! 2018. Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/direito_a_educacao_e_direitos_na_educacao_em_perspectiva_interdisciplinar_2018.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019

SOARES, Vera. **Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes.** Políticas Públicas e Igualdade de Gênero: Prefeitura Municipal.Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal., São Paulo., p.113-127, 2004. 188 P. P / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.).

SOUZA, Sandra Duarte de. **Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado.** Horizonte, [s.l.], v. 13, n. 39, p.1261-1295, 30 set. 2015. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2175-5841.2015v13n39p1261>. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1261>>. Acesso em: 24 ago. 2019. p. 1288

TOLEDO, Fernando Toledo; ARRUDA, Mílbi; PRATA. **No Enem, 1 a cada 4 alunos de classe média triunfa. Pobres são 1 a cada 600.** Estadão. São Paulo, 18/01/2019. Disponível em: www.estadao.com.br/infograficos/educacao,no-enem-1-a-cada-4-alunos-de-classe-media-triunfa-pobres-sao-1-a-cada-600,953041. Acesso em 20/04/2019

TOMAZONI, Larissa; LOBO, Andrea; DOTTA, Alexandre. **A Condição da Mulher no espaço educacional brasileiro: aspectos históricos sociais da trajetória feminina.** Disponível em: <https://www.academia.edu/17352134/A_CONDI%C3%87%C3%83O_DA_MULHER_NO_ESPA%C3%87O_EDUCACIONAL_BRASILEIRO_ASPECTOS_HIST%C3%93RICOS_SOCIAIS_DA_TRAJET%C3%93RIA_FEMININA>. Acesso em: 28 mar. 2019

TOMAZONI, Larissa; BARBOZA, Estefânia. **O constitucionalismo feminista na América Latina**. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL & FILOSOFIA POLÍTICA, 3., 2017, Curitiba. Caderno de Resumos. Curitiba: ., 2017. p. 330 - 331. Disponível em: <https://www.academia.edu/36542766/O_CONSTITUCIONALISMO_FEMINISTA_NA_AMERICA_LATINA>. Acesso em: 21 out. 2018.

Tribunal Superior do Trabalho, **A Mulher e o Assédio Moral**. Disponível em: http://www.tst.jus.br/materias-especiais/-/asset_publisher/89Dk/content/id/3008783. Acesso em 01/06/19, às 14:00.

Tribunal Superior Eleitoral. **Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014**. 2019. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

URTADO, Daniela; PAMPLONA, Danielle Anne. **A última constituinte brasileira, as bravas mulheres e suas conquistas**. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOSA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi. *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: Juspodivm, 2018. Organização: Bruna Nowak. Cap. 2.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa Violência 2015: Homicídio Mulheres no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 29/05/2019. p. 30

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação do direito das mulheres** [recurso eletrônico] / ; tradução Ivania Pocinho Motta. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo : Iskra, 2016. P. 216

XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; CONSANI, Cristina Foroni. **SOBRE O CONCEITO DE LIBERDADE EM AMARTYA SEN**. Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade, Natal, v. 6, n. 1, p.381-395, jun. 2015. P. 390.

YOUSAFZAI, Malala. **Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 287

YOUSAFZAI, Malala. **Discurso de aceitação ao Prêmio Nobel da Paz**. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2014/yousafzai/26074-malala-yousafzai-nobel-lecture-2014/>. Acesso em 20/04/2019.